



PREFEITURA DE

Teixeira de Freitas

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TEIXEIRA
DE FREITAS BAHIA
2015-2025**

**TEIXEIRA DE FREITAS-BA
2015**



PREFEITURA DE

Teixeira de Freitas

JOÃO BOSCO BITTENCOURT

PREFEITO MUNICIPAL

ARIOSVALDO ALVES GOMES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



GRUPO COLABORATIVO

ARIOSVALDO ALVES GOMES

Secretário Municipal de Educação e Cultura

ADRIANA SERAPIÃO DE SOUZA

Representante do Conselho Municipal de Educação

JOÃO BERNADO MEDEIROS

Representante do Conselho Escolar

NELY DE ALMEIDA FONCECA

Representante de Direção das Escolas

MARIA CLAUDIA LEITE DOS SANTOS

Representante de Professores

EDNALDO RESENDE

Representante do Legislativo

TANIA MAGALI ABIDIAS CRUZ

Representante da APLB – Sindicato

FABIO NASCIMENTO

Representante do FUNDEB

CLEPER DE ARRUDA LIMA

Núcleo de Apoio do Desenvolvimento Educacional-SMEC

SUELY BAHIA ALVES

Programas e Ações-SMEC

ANDHIARA LEAL ANTUNES DE OLIVEIRA

Núcleo de Apoio Pedagógico-SMEC

DAVID EMMANUEL DE ALMEIDA LOYOLA

Representante do Gabinete do Prefeito

**COMISSÕES REPRESENTATIVAS****EDUCAÇÃO INFANTIL**

Kézia Duarte de Souza Galvão, Janine Mendes dos Santos e Yolanda Mendes de
Jesus Amaral

ENSINO FUNDAMENTAL

Andhiara Leal Antunes de Oliveira, Jaciana Ramos Neiva e André Almeida Santos

ENSINO MÉDIO

Kylma Luz kramn, João Bernardo Medeiros Santos e Evandro Justiniano dos Santos

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Elizete Costa de Oliveira, Wesleyna Gonsalves dos santos Calazans e Isabel Alves
Belo

ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Jadna Afonso Alves, Raqueline Brito e Zilda Barroso

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Cláudia Pinheiro de Oliveira Monti, Kildria Vieira Alves Gigante e Cristiane Gomes

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Joelane Silveira Bispo, Quitéria Rodrigues Costa e Juciene Silva de Souza
Nascimento

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Neumázia Feraz de Souza Faria, Cecília Maria Mourão e Abelice Caetano Brito

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO

Andreia Silva Batista Vieira, Jairo Francisco Avelar e Luciene Santos

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Deilma Barbosa Santos Silva e, Décio Bessa da Costa e Liana Sodrê

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Tania Magali Abdias Cruz, Fabio Nascimento Santana e Alzinete Ferreira Santos

GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO

Cynara Karla Curty Barbosa, Beatriz Passos Lima dos Santos e Suely Bahia Alves

RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

Adriana Sarapião, Eliene Costa dos Santos, Ariosvaldo Alves Gomes e Antônio
Castro Alves Neto

**LISTA DE MAPA**

Mapa 01.	Teixeira de Freitas e distrito.	Pag.19
Mapa 02	Divisas de Teixeira de Freitas	Pag.20

**LISTA DE GRÁFICO**

Gráfico 1.	Atendimento de saneamento básico em Teixeira de Freitas	Pag.29
		.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1	Teixeira de Freitas: Centro de Abastecimento	Pag.17
Figura 2	Ruas do nosso município antes de se chamar Teixeira de Freitas.	Pag.18
Figura 3	Praça da Prefeitura Municipal Teixeira de Freitas anos 90.	Pag.18
Figura 4	Costrução do Clube Jacarandá	Pag.25
Figura 5	Vista da arena do Parque de Exposições do município de Teixeira de Freitas. Ano da fotografia: data aproximada – 1974 – 1976	Pag.26
Figura 6	Festa da cidade na década de 80	Pag.27
Figura 7	Avaliações externas	Pag.57

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 01.	População, localização e faixa etária	Pag.21
Tabela 02	Informações sobre o município	Pag.22
Tabela 03.	Estabelecimentos de saúde em Teixeira de Freitas	Pag.23
Tabela 04.	IDH completo de Teixeira de Freitas.	Pag.24
Tabela 05	Desenvolvimento humano, períodos 1991, 2000 e 2010	Pag.24
Tabela 06.	Atendimento de eletricidade no município de Teixeira de Freitas.	Pag.30
Tabela 07.	Tipos de veículos que existem e Teixeira de Freitas.	Pag.31
Tabela 08.	Evolução da matrícula da Educação Infantil em Teixeira de Freitas, por dependência administrativa e localização 2010 a 2013	Pag.34
Tabela 09.	Frequência por ano do nascimento, segundo município residente	Pag.35
Tabela 10.	Polpulação e matrícula em 2010.	Pag.35
Tabela 11.	Taxa de escolarização da Educação Infantil de Teixeira de Freitas, por localização – 2010	Pag.36
Tabela 12.	Evolução das matrículas do Ensino Fundamental de Teixeira de Freitas, por dependência administrativa e localização (2010/2013)	Pag.39
Tabela 13	Nível educacional da população de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010	Pag.39
Tabela 14.	Taxas de Rendimento – Rede estadual.	Pag.40
Tabela 15.	Taxas de Rendimento – Rede municipal	Pag.40
Tabela 16.	Matrícula inicial do Ensino Médio de Teixeira de Freitas, por dependência administrativa e localização 2011/2013.	Pag.44
Tabela 17.	Taxas de Rendimento do Ensino Médio - Rede municipal/ Rede estadual	Pag.46
Tabela 18.	Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2009)	Pag.47
Tabela 19.	Matrículas da Educação Especial em Teixeira de Freitas em 2014.	Pag.49
Tabela 20	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB no Ensino Fundamental e Médio 2007/2013	Pag.58
Tabela 21.	Matrícula inicial na EJA no município de Teixeira de Freitas, por dependência administrativa e localização.	Pag.60
Tabela 22.	Nível educacional da população jovem, 1991/2000/2010	Pag.61
Tabela 23.	Nível educacional da população adulta com mais de 25 anos, 1991, 2000 e 2010	Pag.61
Tabela 24.	Número de professores e coordenadores da rede municipal, estadual e particular.	Pag.71
Tabela 25.	Profissionais em educação, por nível de escolaridade na rede municipal em 2013.	Pag.73
Tabela 26.	Número de escolas por etapa de ensino - Rede estadual em Teixeira de Freitas.	Pag.76
Tabela 27.	Número de escolas da rede municipal de ensino de Teixeira de Freitas.	Pag.76
Tabela 28.	Número de estabelecimentos de ensino por dependência administrativa.	Pag.77
Tabela 29.	Recursos da educação no PPA 2014/2017	Pag.80
Tabela 30.	Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2010/2013 (Em R\$ e %)	Pag.81
Tabela 31.	Outras receitas com o setor educacional de Teixeira de Freitas, administradas pela Prefeitura. 2010/2013	Pag.82
Tabela 32.	Despesas com educação do município X por categoria e elemento de despesa. 2010/2013	Pag.82
Tabela 33.	Recursos aplicados em educação pelo governo municipal, por nível ou modalidade de ensino 2008/2011	Pag.83
Tabela 34.	Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município de Teixeira de Freitas-Ba em 2010/2013	Pag.83



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ADAB**- Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
- AEE** – Atendimento Educacional Especializado
- ANA** – Agência Nacional de Águas
- ASMOTEF** – Associação dos Mototaxistas de Teixeira de Freitas
- CAE**- Conselho de Alimentação Escolar
- CAQUI**- Custo Aluno Qualidade Ano
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal da Nível Superior
- CEMIG** – Companhia de Eletrecidade de Minas Gerais
- CEE**- Conselho Estadual de Educação
- CETEP**- Centro de Educação Técnico Profissional
- CETEPES**- Centro de Educação Técnico Profissional do Extremo Sul
- CF**- Constituição Federal
- CIRETRAM** – Companhia Regional de Trânsito
- CMEI**- Centro Municipal de Educação Infantil
- CNE**- Conselho Nacional de Educação
- CNPJ**- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- COELBA** – Companhia Eletrecidade da Bahia
- COMEC**- Conselho Municipal de Educação
- CPA**- Comissão Permanente de Avaliação
- CRA** – Conselho Regional de Águas
- CREI**- Centro de Referência de Educação Inclusiva
- CREAS**- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- DIREC**- Diretoria Regional de Educação e Cultura
- EAD**- Educação à Distância
- ECA**- Estatuto da Criança e do Adolescente
- EF**- Ensino Fundamental
- EJA**- Educação de Jovens e Adultos
- EMBASA** – Empresa Baiana de Abastecimento e Saneamento
- EMEI**- Escola Municipal de Educação Infantil
- ENEM**- Exame Nacional de Ensino Médio
- ENCEJA**- Exame Nacional de Certificação de Educação de Jovens e Adultos



FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FACE- Faculdade de Ciências Econômicas

FIES- Financiamento Estudantil

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM -Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDI - Índice de Desenvolvimento da Infância

IF- Instituto Federal

IFA- Instituto Francisco de Assis

INPE- Instituto de Pesquisa Educacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LICEEI-Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena

LOM - Lei Orgânica Municipal

LDO – Lei de Diretrizes Operacionais

LOA – Lei Orçamentaria Anual

MEC - Ministério da Educação

NEE- Necessidades Educacionais Especializadas

PAR - Plano de Ação Articulado

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PEE – Plano Estadual de Educação

PIB - Produto Interno Bruto

PIBID- Programa Institucional de Bolsa e Iniciação à Docência

PME – Plano Municipal de Educação

PNAIC- Pacto Nacional pela Alfabetização da Idade Certa

PNE – Plano Nacional de Educação

PNAE - Programa Nacional da Alimentação Escolar

PNLD- Programa Nacional do Livro Didático



PPA – Plano Pluri Anual

PROMUT- Programa Mutação

PROERD- Programa Educacional de Resistências às Drogas

PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROUNI- Programa Universidade Para Todos

PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico

PROJOVEM- Programa Nacional de Jovens

PPI- Projeto Político Institucional

PPP- Projeto Político Pedagógico

SECADI-Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SMEC- Secretaria Municipal de Educação e Cultura

SUPROF- Superintendência de Educação Profissional

SICOOB- Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

UEE- Unidade Escolar Estadual

UE- Unidade Escolar

UNEB- Universidade do Estado da Bahia

VISA – Vigilância Sanitária



O Plano Municipal de Educação é o instrumento de gestão para tornar efetiva a cidadania e a sociedade preconizada nas bases e diretrizes do Sistema Municipal de Educação. Quando o município não tem plano fica à mercê de ações episódicas que, mesmo planejadas caso a caso, representam improvisações. Sem plano não há visão de Estado nas ações, não há caminho a percorrer, mas apenas passos ao sabor das circunstâncias de cada Governo.

(BORDIGNON, 2009)



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	Pag.14
2	ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO.....	Pag.16
2.1	ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO.....	Pag.16
2.1.1	Caracterização do Município.....	Pag.16
2.1.1.1	<i>Aspectos Históricos.....</i>	Pag.16
2.1.1.2	<i>Aspectos Geográficos.....</i>	Pag.19
2.1.1.3	<i>Aspectos Demográficos.....</i>	Pag.21
2.1.1.4	<i>Aspectos Socioeconômicos.....</i>	Pag.23
2.1.1.5	<i>Aspectos Culturais.....</i>	Pag.25
2.1.1.6	<i>Infraestrutura Material.....</i>	Pag.27
2.2	ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO.....	Pag.33
2.2.1	Níveis da Educação: Educação Básica e Superior.....	Pag.33
2.2.1.1	<i>Etapas da Educação Básica.....</i>	Pag.33
2.2.1.2	<i>Educação Infantil.....</i>	Pag.34
2.2.1.3	<i>Ensino Fundamental.....</i>	Pag.38
2.2.1.4	<i>Ensino Médio.....</i>	Pag.44
2.3	MODALIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO.....	Pag.47
2.3.1	Educação Especial.....	Pag.47
2.3.2	Política de Alfabetização	Pag.51
2.3.3	Educação em Tempo Integral.....	Pag.54
2.3.4	Qualidade da Educação Básica.....	Pag.56
2.3.5	Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	Pag.60
2.3.6	Educação Profissional de Nível Médio.....	Pag.65
2.4	Educação Superior.....	Pag.67
2.4.1	<i>Ensino Superior.....</i>	Pag.67
2.5	VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	Pag.70
2.6	GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO.....	Pag.73
2.7	RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO.....	Pag.79
2.7.1	Investimento Público em Educação.....	Pag.79
3	DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....	Pag.84
3.1	DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....	Pag.84
4	IMPLEMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME.....	Pag.121
4.1	Composição do Comitê Gestor Permanente de implementação e acompanhamento do PME e avaliação.....	Pag.121
4.2	Comitê Gestor Permanente de Implementação e Acompanhamento do PME.	Pag.123
5	REFERENCIAS.....	Pag.124



1 INTRODUÇÃO

A discussão acerca da necessidade do Brasil ter um Plano Nacional de Educação (PNE) remonta o ano de 1932 com o Movimento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. A partir dele, os textos Constitucionais passaram a abordar a questão e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu art. 214, estabelece-se a exigência do Plano Nacional de Educação com duração plurianual, enfatizando a erradicação do analfabetismo, universalização do Ensino Fundamental, melhoria da qualidade de ensino, formação para o trabalho e a promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Na sequência, vários instrumentos legais, norteadores para a educação brasileira, foram aprovados pelo Congresso Nacional na década de 1990, destacando-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 1996, que determinou no art. 87 que a União, no prazo de um ano, deveria encaminhar ao Congresso Nacional um Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes (BRASIL, 1996), em sintonia com a Declaração Mundial sobre 'Educação para Todos' (TAILÂNDIA, 1990).

Na década seguinte, a Lei nº 10.172/2001 estabeleceu o PNE (2001-2010), traçando novos rumos para as políticas e ações governamentais, fixando objetivos e metas para a chamada "Década da Educação". Em seu art. 2º, por sua vez, determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem elaborar, em consonância com o PNE, seus planos decenais correspondentes. Neste contexto, surge o Plano Municipal de Educação (PME), como política de Estado que, assim como os demais planos, consolida uma conquista histórica.

O Estado da Bahia, no ano de 2006, atendendo à prerrogativa legal, aprova a Lei nº 10.330/2006, que institui o Plano Estadual de Educação (PEE). Este documento deve, também, ser considerado no processo de elaboração do Plano Municipal de Educação. Destaca-se a relevância de se articular, de modo orgânico e



operacional, os planos de educação (nacional, estadual e municipal), o que favorece a organização de um sistema nacional articulado de ensino.

A necessidade de desenvolver ações articuladas, por meio do planejamento, tem ocupado uma agenda importante na organização dos sistemas educacionais. Os instrumentos de apoio à gestão da educação, planos, programas, projetos e a avaliação têm se proliferado, a partir de uma diversidade de concepções e, também, de estratégias de operacionalização, ganhando contornos diferenciados quanto à percepção dos operadores locais, em especial, os municípios. Nesse contexto, destaca-se o Plano de Ações Articuladas (PAR), como instrumento de planejamento e compartilhamento de responsabilidades entre os entes federados, vinculado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que contribui para a efetivação das diretrizes e metas estabelecidas no âmbito de cada PME. Ressalta-se, ainda, a importância de vincular o plano municipal de educação aos instrumentos de planejamento orçamentários, a saber: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), objetivando a viabilização da sua execução.

O Plano Municipal de Educação de Teixeira de Freitas é uma construção coletiva que buscou ouvir cada segmento do município, destacando sempre a importância da participação na elaboração de um documento tão relevante para nossa população, para isso foi constituído um grupo colaborativo com representação de vários segmentos da educação, priorizando sempre a participação coletiva com as comissões representativas e consultas públicas.



2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO

No sentido de planejarmos os dez próximos anos da educação, no município de Teixeira de Freitas, é de grande relevância apresentarmos uma análise sobre a real situação do município e também da educação. Essa análise é o ponto de partida para que possamos compreender como a educação se estruturou em nosso município ao longo dos anos.

2.1 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO

Nessa perspectiva se faz necessário que aprofundemos nossos conhecimentos sobre alguns aspectos, que são importantes e estão diretamente ligados com a área educacional, como aspectos históricos, geográficos, demográficos, socioeconômicos, culturais, e infraestrutura material, que descorreremos no próximo tópico que trata da caracterização do nosso município

2.1.1 Caracterização do Município

2.1.1.1 Aspectos Históricos

O município de Teixeira de Freitas surgiu às margens de uma estrada aberta pela madeireira Elecunha, que tinha como proprietário o senhor Eleosippo Cunha. O surgimento do povoado se deu por consequência da grande quantidade de madeira retirada das matas ali existentes. Na década de 50, com a existência de mata Atlântica na região, as primeiras famílias começaram a chegar dando origem ao povoado de São José do Itanhém, por ficar próximo às margens do rio Itanhém, com o intenso comércio de madeiras.

A exploração da madeira iniciada no povoado Teixeirense na década de 1950 resultou na abertura da estrada de ligação entre Barcelona, distrito pertencente ao município de Caravelas, e Santa Luzia, localidade situada no município de Nova Viçosa- BA. Tão logo foi aberto o caminho de terra pela empresa Elecunha, cujo proprietário era Eleosippo Cunha, mudaram-se para o lugar, chamado na época de mandiocal, os negros Francisco Silva e Manoel de Etelvina – este abrindo, um pequeno boteco, tornando-se o comerciante pioneiro. O povoado teve grande



crescimento, atraindo para a região comerciantes, pecuaristas, agricultores, dentre outros como podemos observar na figura abaixo.



Figura 1 Teixeira de Freitas: Centro de Abastecimento, 1980.

Fonte: Acervo pessoal da professora Kylma Marluza Luz Kramm. 1980

Como podemos ver na figura 1, Teixeira de Freitas atraiu uma população que não parou de crescer, estruturando aos redores do centro de abastecimento a maior feira da cidade, existente até os dias atuais e denominada de feira de sábado. Nesse período a maioria da população do povoado que veio a se tornar a cidade de Teixeira de Freitas ainda estava no campo e tinha a feira como um modo de repassar sua produção.

A nossa cidade antes de se chamar Teixeira de Freitas e ainda sendo povoado recebeu diferentes nomes ao longo de sua história, o primeiro deles foi 'Comercinho dos Pretos', assim denominado por ter sido rota de fuga de negros. Ficou também conhecido como 'Mandiocal', devido a uma grande plantação de mandioca existente. Outro nome dado ao povoado foi 'Arrepiado', por causa dos telhados feitos de palha, que arrepiavam com o calor do sol. Depois ainda recebeu os nomes de 'Cheira Faca, Perna Aberta, Ramal, Zorra e Tira Banha', dos quais não se sabem a origem.



Figura 2 – Rua Mauá, centro de Teixeira de Freitas

Fonte: Acervo pessoal da professora Kylma Marluza Luz Kramm.1980.

Com a morte, em 1957, do baiano e estatístico Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, idealizador e organizador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o povoado recebeu o nome “Teixeira de Freitas” em sua homenagem. O primeiro representante do povoado foi José Militão, que foi eleito com cerca de 50 votos, representante do povoado na Câmara de Vereadores de Alcobaça.

Em 1970, o povoado contava com uma população de oito mil habitantes. E com a implantação da BR 101, o povoado teve um crescimento inesperado, e em 1980 já contava com uma população de mais de 40 mil habitantes, com a perspectiva de se tornar o maior pólo da região.



Figura 3 Praça da Prefeitura Municipal Teixeira de Freitas anos 90.

Fonte: Acervo pessoal da professora Kylma Marluza Luz Kramm.1991.



No ano de 1984, o povoado é emancipado dos municípios de Alcobaça e Caravelas através da Lei 4.452 de 09 de maio de 1982. O município se torna referência na indústria, comércio e habitação para as cidades circunvizinhas.

2.1.1.2 Aspectos Geográficos

As divisões territoriais e a instalação de unidades político-administrativas foram ocorrendo desde o início do século XVIII (Caravelas), mas, sobretudo só no século XX, essa estruturação tomou uma grande proporção, demonstrando que a Região do Extremo Sul foi uma das últimas a se desenvolver em relação às demais no Estado da Bahia.

Até a década de 70 o vilarejo que depois veio se tornar Teixeira de Freitas, perdido no pequeno fragmento de Mata Atlântica que ainda restava no interior baiano, era apenas uma referência para os seus próprios e poucos moradores. A constituição do município é muito recente. Até há pouco tempo, 1986, o núcleo urbano possuía uma situação muito singular. A sua subordinação administrativa era dividida entre dois municípios. A vila que deu origem a Teixeira de Freitas se localizava exatamente na linha divisória entre os municípios de Alcobaça e Caravelas. De tal modo que algumas ruas estavam em um município e outras no seu vizinho.

A partir da década de 70, com a construção da BR 101, e num movimento que já havia se iniciado alguns anos antes com pouca intensidade, a mata vai sendo derrubada e substituída por pastagens. Inicialmente, num processo mais lento, chegaram os criadores do interior baiano.

Após a construção da rodovia, vieram principalmente os criadores mineiros e os madeireiros capixabas que, numa conjugação de interesses, intensificaram a tomada da mata. O núcleo então começa a ganhar força.



Mapa 1: Teixeira de Freitas e distrito

Fonte: cachoeiradomato.blogpost.com acesso em 10/09/14.

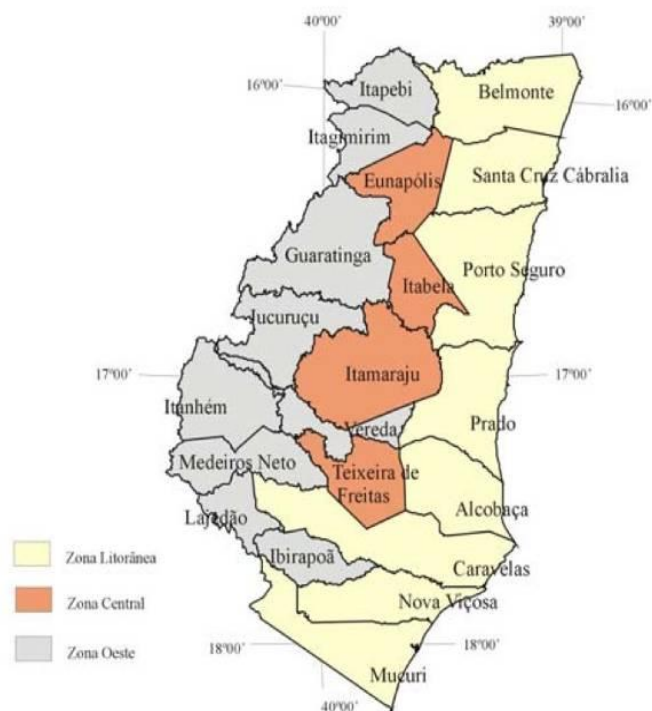


O município atualmente ocupa a área da unidade territorial de 1.153,8 Km², distribuídos nos seguintes distritos: Sede e Cachoeira do Mato.

Dados da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG, 2008) descrevem que a Bacia do Itanhém está localizada nas regiões Sudeste e Nordeste, nos estados de Minas Gerais e na Bahia, sendo limitada ao norte pelas bacias dos rios Jequitinhonha e Jucuruçu, a oeste e ao sul pelos rios Mucuri e Peruípe, e pelo Oceano Atlântico, ao leste.

Ainda segundo a CEMIG (2008), a bacia do Itanhém abrange uma área que era primeiramente habitada pelos índios Machacalis, sendo povoada por volta de 1918 por mineiros que desenvolveram a pecuária no entorno do Rio Itanhém. Com a descoberta de pedras preciosas, o processo foi acelerado. O Rio Itanhém, também nasce na aldeia dos Machacalis, no município de Bertópolis (MG), na divisa entre Minas Gerais e Bahia, cortando de oeste para leste a microrregião do sul da Bahia, desaguando na região de manguezais e restingas na foz em Alcobaça (BA), no Oceano Atlântico. Seu principal afluente é o rio Itanhetinga, que fica na margem esquerda.

Ao observar o Mapa 2, percebe-se que Teixeira de Freitas faz limite com os municípios de Vereda, Alcobaça, Caravelas, Prado e Medeiros Neto. A cidade está inserida no quadrante formado pelos paralelos 17° e 18° pelos meridianos 39° e 40°W, estando situada na porção central desta quadrícula. Localiza-se numa área de transição de relevos cristalinos e zonas de tabuleiros costeiros, estando o núcleo urbano dentro desta segunda unidade.



Mapa 2. Divisas de Teixeira de Freitas

Fonte: Escola Milton Santos de Agroecologia



Considerando o PME como um instrumento de planejamento de desenvolvimento Territorial, torna-se necessário situá-lo e contextualizá-lo segundo divisão regional feita pela Secretaria do Estado e Planejamento da Bahia em 2007. A partir da definição por parte do Governo da Bahia de Territórios de Identidade enquanto unidades de planejamento e execução de políticas públicas, sendo reconhecidos enquanto espaços díspares dada as dinâmicas sociais e culturais, o Estado da Bahia foi dividido em 26 Territórios.

Assim, o município de Teixeira de Freitas encontra-se localizado no Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia. O mesmo era composto por 23 municípios, e a partir de um novo reordenamento, dada a criação do Território de Identidade da Costa do Descobrimento (2011), o mesmo passou a ser composto por 13 municípios: Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamarajú, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Mucuri, Nova Viçosa, Vereda e Teixeira de Freitas.

O tipo climático da cidade é tropical úmido e apresenta a temperatura média anual entre 23° e 30° C. A Vegetação predominante são os recursos minerais existentes. Teixeira de Freitas fica a 884 km da capital baiana, tendo como principais rodovias de acesso: BA- 290, BR-101 e BA-695. Essa localização geográfica acaba favorecendo o crescimento econômico e social do município, sendo o mesmo considerado polo regional.

2.1.1.3 Aspectos Demográficos.

A população do município, segundo o censo de 2010 do IBGE, é de 138.341 mil habitantes, sendo 49,2% do sexo masculino e 50,8 % do sexo feminino.

Tabela 01. População Total por Gênero e faixa etária

Anos	Total da População	Total de homens	Total de mulheres	Total da população urbana	Total da população rural
2000	107.486	53.189	54.297	98.688	8.798
2010	138.491	68.173	70.318	129.412	9.079

Fonte: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>>



O número de eleitorado é de aproximadamente 97.482. Quem nasce no município é conhecido como teixeirense. Gentílico: Teixeirense.

A Tabela 02 mostra a população dividida por idade, revelando que o crescimento populacional entre os anos de 2007 a 2010 se deu tanto na zona urbana quanto na zona rural.

Tabela 2. Informações sobre o Município

População(1) (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total
Urbana	2000	7.995	4.406	19.808	6.923	14.766	15.655	29.574	99.127
	2007	7.279	3.968	19.775	6.449	15.443	18.250	37.665	108.829
	2010	8.557	4.313	21.349	7.644	17.227	23.292	46.881	129.263
Rural	2000	772	336	1.624	557	1.174	1.133	2.763	8.359
	2007	627	342	1.629	500	1.080	1.229	3.092	8.499
	2010	612	301	1.647	563	963	1.395	3.597	9.078
Total	2000	8.767	4.742	21.432	7.480	15.940	16.788	32.337	107.486
	2007	7.906	4.310	21.404	6.949	16.523	19.479	40.757	117.328
	2010	9.169	4.614	22.996	8.207	18.190	24.687	50.478	138.341
PIB (2)	IDH (3)	IDI (4)		Taxa de analfabetismo (5)					
906.737	0.70	0.60		População de 10 a 15 anos		População de 15 anos ou mais			
				6.20		21.30			

Fonte: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>>. Acesso em 10/09/14.

Contudo os dados revelam que o crescimento populacional não foi acompanhado pelo desenvolvimento. A taxa de pessoas não alfabetizadas é bastante significativa, chegando a um percentual de 21,30% na população a partir de 15 anos, o que revela que os jovens da cidade possuem poucas condições de inserção no mercado de trabalho.

Outro fator preocupante são as condições de oferta de atendimento de saúde à população. Os números de estabelecimento de saúde por tipo de localização é insuficiente para atendimento à demanda da população. Pode-se considerar que o quantitativo de estabelecimentos não é compatível com a população que se encontra em pleno crescimento como podemos observar na tabela 3.

**Tabela 3. Estabelecimentos de Saúde em Teixeira de Freitas**

Localização	Total	Números de estabelecimentos de saúde					
		Posto de saúde	Centro de saúde	Unidade mista	Pronto socorro	Hospital	Outros
Urbana	64	43	12	1	4	4	
Rural	06	6	0	0	0	0	

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

O município de Teixeira além de possuir uma quantidade pequena de estabelecimentos públicos de saúde, tem a responsabilidade de atender todos os municípios que abrange o território da Costa das Baleias. Esse fator tem colocado o sistema de saúde do município em uma situação preocupante visto que os investimentos ocorridos na área não têm sido suficientes para atender toda essa região.

2.1.14 Aspectos Socioeconômicos

A principal atividade desenvolvida pelo município no início de sua existência foi a exploração da madeira e o seu beneficiamento, que provocou a implantação de diversas serrarias. A chegada das serrarias foi decisiva no grande aumento do movimento na já dinâmica região e reforçou a tendência de expansão de todo o comércio.

O solo se mostrava adequado para a agricultura. A fase do “milagre brasileiro” promove a expansão do mercado consumidor no sul do país. As terras de Teixeira de Freitas passam a atrair migrantes agricultores e empresas cooperativas, sedentos de produção e lucro rápido.

O beneficiamento da madeira, a agricultura produtiva, um mercado comprador assegurado, o gado se reproduzindo nas pastagens e a rodovia abrindo as portas ao migrante ávido de oportunidades aceleram o crescimento do povoado, que estava ainda na dependência político-administrativa de Alcobaça e Caravelas.

Porém as atividades econômicas se expandiram com a chegada dos japoneses na região, desenvolvendo plantações de abóbora, melancia, tomate, maracujá,



pimentão, quiabo, mamão (chegando a ser o maior produtor de mamão do país), sendo até hoje um dos maiores exportadores de melancia da região.

O município conta com um distrito industrial, onde estão instaladas em média doze indústrias. Atualmente estão cadastrados na Prefeitura Municipal mais de 3.763 estabelecimentos comerciais e mais de 172 indústrias. Outro incentivo para o desenvolvimento da região é a fábrica da Suzano (papel e celulose).

No perímetro urbano já existem cadastrados 39.500 imóveis, dos quais 23.840 já estão edificadas. Com a tabela 4 podemos visualizar de forma mais clara como Teixeira de Freitas se desenvolveu nas últimas décadas.

Tabela 04. Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Teixeira de Freitas

Indicador	Indicadores de Renda e Pobreza (taxas)		
	1991	2000	2010
IDH – municipal	0,378	0,539	0,685
Renda <i>per capita</i>	280,16	401,72	560,73
Proporção de pobres	52,78	36,07	15,92
Índice de Gini	0,61	0,62	0,53

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em : www.atlasbrasil.org.br/2013. Acesso em 21/11/2014

Como toda cidade em pleno desenvolvimento, também apresenta alguns avanços significativos nos aspectos sociais. Os dados do índice de Desenvolvimento Humano Municipal, conforme se observou na Tabela 4, que mede as condições de vida do município, tendo como referência a dimensão de renda, longevidade e educação - revelam que no ano de 2010 o município obteve um índice de 0,683, representando uma evolução positiva ao longo dos anos. Veja a tabela 5.

Tabela 05. Desenvolvimento Humano, períodos 1991, 2000 e 2010

Indicadores	Índices		
	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,378	0,539	0,685
Educação	0,169	0,366	0,588
Longevidade	0,558	0,679	0,800
Renda	0,571	0,629	0,683

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em : www.atlasbrasil.org.br/2013. Acesso em 21/11/2014



2.1.1.5 Aspectos Culturais

Teixeira de Freitas por ser uma cidade ainda muito jovem e por ter uma população bem heterogênea, que vieram do norte do Espírito Santo, nordeste mineiro e sertão baiano, ainda está em pleno processo de construção de sua identidade cultural sendo influenciada diretamente pelas religiões e suas atividades econômicas.

A religião, principalmente a Católica Apostólica Romana e seu calendário festivo imprimiu sua prática no local, a exemplo do próprio processo de formação da nação brasileira. A primeira igreja construída e seu padroeiro, São Pedro são referências do catolicismo no local, e os festejos e práticas no antigo povoado foram marcados sob esse aspecto, permanecendo até a atualidade como feriado municipal.

O crescimento do município foi transformando algumas práticas e acrescentando outras. A introdução de outros segmentos religiosos como os evangélicos passam a marcar mudanças no âmbito da cultura popular, que vai se alterando, recriando fazeres direcionados a esses grupos de atores sociais que crescem e imprimem sua marca, diferenciando com outras linguagens as práticas culturais.

Na década de 1970, quando foi construído o Jacarandá Country Club, o próprio nome sugestivo da madeira nobre que existia na região, a já então sociedade formada no povoado que crescia graças agora à agricultura, e trazia novos grupos sociais como os descendentes de japoneses que aqui formaram uma colônia, aos já fixados como migrantes de outras regiões da Bahia, capixabas e mineiros, já diversificava suas práticas culturais com os bailes animados por orquestras e bandas vindas de cidades grandes.



Figura 4. Construção do Clube Jacarandá

Fonte:Acervo Jacarandá Country Club. Ano da fotografia: Data aproximada – 1976.



Assim como a agricultura a pecuária foi ganhando espaço no município, a economia agora não se baseava mais na exploração da madeira, o crescimento agropecuário intensificou o comércio, e surgiu a Exposição Agropecuária de Teixeira de Freitas, considerada uma das melhores festas agropecuárias do Brasil. Na década de 1980, essa exposição atraía grande público não só da região como de outras regiões da Bahia e do Brasil, que aqui vinham expor seus produtos, e abria espaço para a indústria voltada para esse e outros setores. Essa Exposição agropecuária ainda é um dos aspectos culturais marcantes do município.



Figura 5: – Vista da Arena do Parque de exposições do Município de Teixeira de Freitas-Ba
Fonte: Acervo pessoal de Alex Fernandes. Ano 1974 – 1976

As festas conhecidas como “Vaquejadas” também marcaram simbolicamente a cultura do município, e de sua origem como atividade recreativo-competitiva, com características de esporte da região brasileira do Nordeste, passou a ser evento no calendário de Teixeira de Freitas até a década de 1990.

Ao longo dos anos Teixeira de Freitas vem fortalecendo sua identidade cultural, destacando a prática de alguns esportes. Todo ano é promovido no município com o apoio da prefeitura um campeonato inter-bairros de futebol denominado de Campeonato 1º de maio que também é uma comemoração ao dia mundial do trabalho. Ainda no esporte temos também um passeio ciclístico que ocorre anualmente.



Teixeira tem duas grandes comemorações anualmente, uma delas é a festa da melancia, essa festa vem coroar nossa cidade como o maior produtor de melancia do Brasil. A outra grande comemoração que temos é o aniversário da emancipação de nossa cidade que é comemorado no dia 9 de maio.



Figura 6. Aniversário da cidade na década de 80

Fonte: Acervo pessoal da professora Kylma Marluza Luz Kramm.1986

A festa da cidade de Teixeira de Freitas se transformou ao longo dos anos em uma grande micareta, das antigas equipes foram se formando blocos a partir de 1993. Inicialmente existiam 14 blocos, que foram diminuindo para dois nos anos seguintes. A “modernização” da festa, teve como modelo o carnaval de Salvador, para que a festa da cidade de Teixeira de Freitas fosse colocada nos moldes de um evento de turismo de massa para o município e região, tornando-se um atrativo.

A cidade hoje conta com vários representantes no campo da música que se apresentam em locais privados e eventos públicos, procura desenvolver projetos culturais que envolvem artes plásticas, teatro e dança, através da Secretaria Municipal de educação e Cultura.

2.1.1.6 Infraestrutura Material

Teixeira de Freitas fica próximo à margem esquerda do Rio Itanhém também conhecido como rio Alcobaça.



Boa parte das margens do rio Itanhém perdeu a cobertura de Mata Atlântica, substituída por pastagens e florestas plantadas de eucaliptos para a indústria de celulose. Além disso, a ocupação irregular de Áreas de Preservação Permanente (APP), especificamente as faixas das margens do rio, tanto por residências como por empreendimentos diversos, potencializou a degradação dos recursos hídricos por processos erosivos, assoreamento, lançamento de efluentes líquidos e resíduos sólidos oriundos das atividades ali desenvolvidas, entre outros (CRA, 2001).

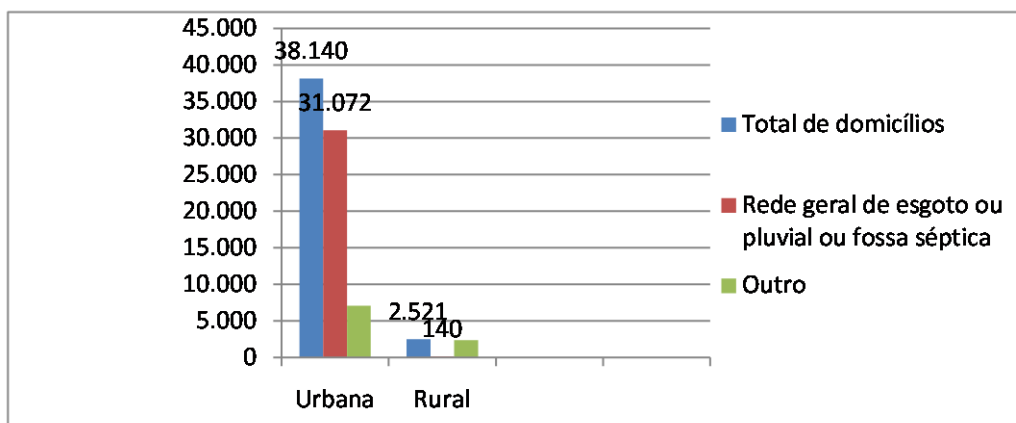
Segundo a Agência Nacional de Águas - ANA, a água consumida em Teixeira de Freitas provém do rio Itanhém, sendo captada através de sistema de captação flutuante. Do rio Itanhém a água é bombeada seguindo por adutora até a Estação Elevatória - EEAB1, depois por outra adutora segue para a Estação de Tratamento - ETA Convencional, de onde segue por nova adutora até os reservatórios apoiados RAP1 e RAP2 para em seguida ser distribuída na cidade. Esse sistema de abastecimento é de responsabilidade da Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.

A água distribuída pela Embasa recebe um tratamento convencional, com as seguintes etapas de tratamento: coagulação, floculação, decantação, filtração e desinfecção. A água é distribuída após receber solução de cloro e fluorsilicato (fluoretação). A qualidade é monitorada pela própria Embasa, ficando sob a responsabilidade da Vigilância Sanitária de Teixeira de Freitas – VISA o monitoramento e o controle da água consumida nos sistemas existentes na zona rural, nas fontes, poços e cisternas. (Diagnóstico Socioambiental Teixeira de Freitas, 2010).

No que concerne ao serviço de esgotamento sanitário ofertado no município é válido ressaltar que conforme informações obtidas no Plano Nacional de Habitação (2008), o município de Teixeira de Freitas possui um grande sistema urbano, no entanto se encontra em situação inadequada, por apresentar situação desfavorável com problemas urbanísticos relacionados à precariedade e a pobreza¹.

De fato, os dados, conforme Gráfico 2, mostram que a oferta de serviços de esgotamento sanitário no município tem um longo caminho a ser percorrido, principalmente no que concerne à oferta de tratamento do esgoto. É válido ressaltar, que segundo dados do IBGE (2010), 81,47% dos domicílios particulares permanentes urbanos estão conectados a rede geral, ou a rede pluvial ou faziam utilização de fossas sépticas.

Gráfico 1. Atendimento de saneamento básico em Teixeira de Freitas



Fonte: IBGE 2010

Essa situação demonstra a carência de serviço de coleta de esgoto sanitário no município, bem como do seu tratamento.

Em 2010, o município foi contemplado por ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), onde incluiu a realização de obras de ampliação ou implantação de serviços de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário. Com isso, será implantado no município, um projeto de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário local, que irá beneficiar 70.065 habitantes residentes na sede do município, onde para tanto terá um investimento total no valor de R\$ 62.905.087,06. A estimativa é elevar para 90% do percentual de domicílios conectados a rede geral de esgoto com sistema de tratamento de esgoto (Diagnóstico Socioambiental-Teixeira de Freitas – BA, 2011).

Segundo dados obtidos no Diagnóstico Socioambiental (2011), a ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário no município, apresenta as seguintes características técnicas: implantação de 179.632m de redes coletoras /



interceptores (DN 150 mm até 700 mm); 18.438 ramais prediais; 18.438 ligações intradomiciliares; 11 estações elevatórias de esgoto; 11 linhas de recalque (extensão = 6.480m, Tubulações em F^oF^o); 01 Estação de Tratamento de Esgoto (9 Digestores, 3 Lagoas e 12 Leitos de Secagens).

Em relação à eletricidade, o fornecimento é feito pela Coelba, uma empresa do Grupo Neoenergia². A energia consumida no município é proveniente do Sistema Regional de Eunápolis, que por sua vez é constituído pelos subsistemas de Eunápolis, Porto Seguro e Camacã. Veja a tabela 6.

Tabela 6. Atendimento de eletricidade no município de Teixeira de Freitas.

Município	Classe	Domicílios
Teixeira de Freitas	Residencial	45834
	Industrial	294
	Comercial	3546
	Rural	612
	Outros	4
	Pública	316

Fonte: SEI (2011). Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/munsintese/index>.

Em relação a tipo de domicílios atendidos, apesar de o município ser considerado polo comercial regional, o quadro demonstra que o maior número de consumidores atendidos no município é a classe residencial (45.834), ficando o setor comercial em segundo lugar (3.546) e a industrial (294) em terceiro. Já no campo, a rede atende 612 residências, demonstrando que o campo apresenta a menor taxa de atendimento de energia elétrica.

Para atendimento à grande demanda existente no município - consequência de seu grande desenvolvimento econômico - a rede vem passando por um processo de expansão e renovação da rede de distribuição.

O sistema de transporte coletivo municipal é operado pela Empresa Santa Clara, cuja frota de ônibus atende a diversas linhas internas, fazendo a ligação entre os bairros e o centro da cidade, no entanto alguns bairros ainda não são atendidos ou



são atendidos parcialmente. Além do transporte coletivo existe o serviço de **MOTOTAXI** que opera de forma legalizada e conta com um número significativo de profissionais, sendo cobrada uma tarifa única e coordenados pela Associação de Mototaxi de Teixeira de Freitas - ASMOTEF. A cidade conta ainda com uma grande frota de taxis.

Devido a sua localização estratégica, em Teixeira de Freitas é possível deslocar-se de ônibus para quase todos os municípios do estado, e demais estados do Brasil. As principais empresas que operam na cidade são: Águia Branca, Rio Doce, São Geraldo, Brasileiro e Itapemirim, além das empresas menores que fazem a ligação do município com os distritos e povoados próximos.

TIPOS DE VEÍCULOS	2012
Automóvel	14.493
Caminhão	1.407
Caminhão Trator	359
Camionete	3.510
Camioneta	481
Micro-ônibus	90
Ciclomotor	63
Motocicleta	14.148
Motoneta	3.685
Ônibus	319
Triciculo	63
Utilitário	115
TOTAL	40.745

Tabela 7. Tipos de veículos que existem em Teixeira de Freitas.

Fonte: Diagnóstico Socioambiental de Teixeira de Freitas – BA (2011).

Como pode-se observar na tabela 7, a cidade conta com uma frota de veículos bastante considerável, no entanto é pertinente salientar que o número refere-se aos veículos que foram registrados na CIRETRAN de Teixeira de Freitas, não refletindo na realidade a frota flutuante que circula na cidade todos os dias.

Teixeira de Freitas por ser uma cidade muito jovem e estar crescendo em um ritmo muito alto as políticas públicas de infraestrutura não conseguem acompanhar o seu crescimento, como por exemplo, a construção de ciclovias que nossa cidade tanto necessita para facilitar a mobilidade urbana, outro entrave nesse sentido é a pavimentação da cidade.

Nossa cidade conta também com uma rede de comunicação do Grupo Sul Bahia de comunicação que possui rádios difusora, TV Sul Bahia e sites de jornalismo e notícias. A TV Santa Cruz pertencente ao grupo Rede Bahia também possui



escritório em Teixeira de Freitas contribuindo para o telejornalismo em nossa região. Temos também outras rádios, sites e blogs independentes que contribuem diretamente para a comunicação de nossa cidade e região.



2.2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO

Na elaboração do Plano Municipal de Educação, como em qualquer planejamento, o conhecimento da realidade local é a base para a construção dos futuros objetivos e metas que se deseja alcançar com o plano. Com isso nesse capítulo apresentaremos uma análise aprofundada da situação da Educação em nosso município, direcionando o foco para um diagnóstico construído com a participação dos diversos segmentos da Educação no município e sociedade civil.

O diagnóstico sobre nossa cidade realizado no primeiro capítulo, e o da Educação em nosso município nos dará as bases para que possamos construir nossas metas e estratégias definindo diretrizes e estabelecendo prioridades no sentido de desenvolver uma educação em nosso município sempre pública, gratuita e de qualidade.

2.2.1 Níveis da Educação: Educação Básica e Superior

2.2.1.1 Etapas da Educação Básica

Na seção sobre etapas da Educação Básica, a análise situacional da educação em nosso município irá apresentar informações específicas, tanto quantitativas quanto qualitativas, sobre cada etapa. Na coleta dos dados quantitativos, utilizou-se informações das agências oficiais como as publicações de dados educacionais e os dados da própria Secretaria.

No caso das informações qualitativas, foram coletadas e analisadas em reuniões com aqueles que vivenciam o ensino nos diferentes níveis e modalidades. Denominamos essas reuniões de micro conferências, que contaram com representantes de toda a sociedade civil e segmentos do poder público do município de Teixeira de Freitas.



2.2.1.2 Educação Infantil

O atendimento da demanda por matrícula na Educação Infantil, ainda é um desafio para o nosso Município, especialmente das crianças na faixa etária de 0 a 3 anos de idade. Conforme dados do MEC de 2010, 63,8% das crianças de 4 e 5 anos estavam matriculadas na pré-escola, enquanto que apenas 13,2% das de 0 a 3 eram atendidas em creches. Na tabela 8 podemos observar a evolução das matrículas da Educação Infantil em nosso município.

Tabela 8. Evolução da matrícula da Educação Infantil de Teixeira de Freitas, por dependência administrativa e localização 2010 a 2013.

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	2.141	11			1.156		3.308
2011	2.195	9			1.096		3.300
2012	2.316	12			1.171		3.499
2013	2.751	28			1.356		4.135

Fonte: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=110 e Secretaria Municipal de Educação. 2014

Em 2014 o município ampliou o atendimento e a Rede Municipal conta hoje com 27 instituições de Educação Infantil, sendo 10 creches, 2 centros e 15 pré-escolas. Além destas, 11 escolas de Ensino Fundamental atendem turmas de pré-escola, sendo 3 na sede e 8 localizadas em distritos e no campo, totalizando 468 crianças atendidas na faixa etária de 0 até 3 anos e 2.901 crianças entre 4 e 5 anos.

Para ampliação da oferta de vagas, com vistas à universalização do atendimento das crianças de 4 e 5 anos e o atendimento de pelo menos 50% das crianças na faixa etária de creche até 2024, as seguintes ações têm sido desenvolvidas pela SMEC: adesão ao Proinfância/MEC/FNDE para construção de novos centros de Educação Infantil; abertura de novas instituições com recursos próprios (prédios alugados) e ampliação da oferta de vagas em algumas instituições já existentes, por meio da construção de salas.

Tendo em vista a necessidade de planejamento da oferta para atendimento das crianças de até 3 anos, a SMEC realiza levantamento da demanda por meio das listas de espera organizadas em cada Creche, bem como de pesquisas junto às



instituições/órgãos oficiais tais como: IBGE, MEC/INEP, Secretaria de Saúde do Município e Cartório de Registro Civil. A tabela 9 nos apresenta dados para o planejamento de vagas e destacamos que a cada 4 anos apresenta uma demanda atendimento na educação infantil de mais de 10.000 vagas.

Tabela 9. Frequência por Ano do Nascimento, segundo Município Residente

Nascidos Vivos – Bahia					
ANO	Período				Total
	2010	2011	2012	2013	
Teixeira de Freitas	2.471	2.562	2.651	2.520	10.204

Fonte: Secretária de Saúde. 2014

No que se refere ao atendimento em tempo integral, na Educação Infantil de nosso Município, trata-se de uma realidade apenas para as crianças na faixa etária de creche. Todas as crianças de 4 e 5 anos são atendidas em regime parcial e ainda não existem ações voltadas para mudança desse quadro, já que a prioridade, no momento, é atender toda a demanda por pré-escola e ampliar gradativamente o atendimento em creche. Vejam a tabela 10

Tabela 10: População e Matrícula em 2010.

Seguimentos	População (A)	Matrícula (B)	Não matriculados	Taxa (C)%
Creche (0 a 3 anos)	9.169	468	8.701	94,8
Pré-Escola (4 a 5 anos)	4.614	2901	1.713	37,1
Total (0 a 5 anos)	13.783	3369	10.387	75,3

Fonte: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=110 e Secretaria Municipal de Educação. 2014

Além do desafio de atendimento à demanda, uma das grandes dificuldades enfrentadas pela Educação Infantil da Rede Municipal refere-se à estrutura física dos espaços onde funcionam as instituições. Com exceção do CMEI Estrela da Manhã, prédio do Proinfância/MEC/FNDE, cuja estrutura atende às especificações para a Educação Infantil, EMEI Prof^a Delci Rodrigues Aguiar e da EMEI Prof^a Lucineide Bernadino da Silva (em Santo Antônio), os demais prédios são, em sua maioria residências, adaptados para funcionar como creches e pré-escolas destacando também o fato de não atenderem aos critérios de acessibilidade, exceto o CMEI Estrela da Manhã.



Como apenas 3 unidades de Educação Infantil são unidades executoras, um outro desafio diz respeito a manutenção dessas instituições com recursos e materiais específicos para a Educação Infantil. O Sistema Municipal de Educação já tem orientado as gestoras de instituições com mais de 50 crianças matriculadas, a preparar a documentação necessária para criação da unidade executora e o setor de Educação Infantil da SMEC realiza constantemente as solicitações aos setores responsáveis para aquisição desses recursos.

No que se refere ao número recomendado de crianças por professor o município tem correspondido a recomendação, exceto nas turmas de crianças com 2 anos que são formadas por 12 crianças e que são atendidas por um professor e um auxiliar.

No que se refere à Educação Infantil no Campo nos últimos dois anos houve uma ampliação do número de turmas e um investimento do Departamento do Campo na aquisição de alguns recursos para organização dos espaços utilizados pelas crianças de 4 e 5 anos. Contudo, ainda é preciso continuar investindo nas estruturas físicas dos prédios em que funcionam essas turmas, na formação das professoras com base em um currículo para o campo, e no envio de recursos e materiais específicos para a Educação Infantil.

Como podemos observar na tabela 11, o atendimento da educação infantil no município ainda tem sido oferecido de forma bastante tímida, não chegando a 35% na sede, e quando vamos para o campo esse número não chega há 5%

Tabela 11. Taxa de escolarização da Educação Infantil de Teixeira de Freitas, por localização – 2010

Localização	População de 0 a 5 anos (A)	Matrícula (B)	Escolarização %
URBANO	12.870	4.107	31,9
RURAL	913	28	3,0

Fontes: IBGE, para os dados de população; MEC/INEP, para os dados de matrícula

Em relação ao apoio à inclusão de crianças com deficiência, a Rede Municipal conta, atualmente, com o Núcleo de Educação Inclusiva na SMEC, o CREI –



Centro de Referência em Educação Inclusiva e o Programa Educação Esperança que prestam atendimento às crianças com deficiência e suas famílias, bem como acompanhamento às instituições que as atendem.

Vale dizer que é necessário ampliar a equipe de profissionais destes dois últimos setores para que a demanda possa ser melhor atendida e realizar um processo sistemático de formação dos educadores que atuam junto a essas crianças. Uma outra conquista nesta área foi a garantia da presença do profissional de apoio para as crianças com deficiência que não possuem autonomia para locomoção, alimentação e higiene pessoal.

Ainda em relação à Educação Inclusiva, para garantir a participação da família e da comunidade nas discussões dessa área, podemos destacar as seguintes ações: realização pelo Núcleo de Educação Inclusiva da SMEC de reuniões com os pais das crianças com deficiência; realização da microconferência sobre Educação Inclusiva com participação da sociedade civil; e criação do Conselho da pessoa com deficiência.

Em relação ao quadro de profissionais, as unidades de ensino não dispõem de um auxiliar administrativo nas pré-escolas e de guarda municipal em todas as instituições de Educação Infantil. Enfatizamos também a importância de lotar um coordenador em cada pré-escola, pois algumas funcionam em nucleação e as coordenadoras têm se sentido sobrecarregadas com tantas ações a desenvolver por serem responsáveis por duas instituições.

No que tange à formação inicial das professoras que atuam na Educação Infantil, 93,6% já concluíram o curso superior em Pedagogia; 2,8% cursaram outra licenciatura; 2,8% cursam Pedagogia; 0,4% cursam outra licenciatura; e 0,4% possuem apenas Magistério. O município investiu na formação inicial dos professores efetivos em parceria com a UNEB (Rede UNEB) e com Faculdades particulares por meio do PROMUT – Programa Municipal Universidade para Todos (professores efetivos e contratados), que também prevê bolsas para cursos de especialização (apenas para efetivos).



Em relação à formação continuada em serviço, o Núcleo de Educação Infantil da SMEC desenvolve um processo de formação sistemático que envolve todos os profissionais das Creches e Pré-escolas, efetivos e contratados. No período de 2007 a 2013 contou com a consultoria do Instituto Avisa Lá, de São Paulo, que realiza um notável trabalho na área de formação de educadores que atuam na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nesse período foram discutidas as temáticas: Brincar, Cultura Escrita, O percurso Criativo no Desenho e Ambientes que Educam; e em Gestão para saúde: O cuidado como elo entre educação e saúde – lavagem das mãos, alimentação e acolhimento das crianças e seus familiares. Tais discussões deram novos sentidos ao trabalho desenvolvido nas instituições e possibilitaram que todos avançassem rumo a uma educação infantil que de fato atenda aos interesses e necessidades da criança.

Como resultado desse intenso processo de estudo e reflexão sobre a prática, em 2012 o Núcleo de Educação Infantil da SMEC convidou as coordenadoras pedagógicas das creches e pré-escolas a elaborar um documento que sistematizasse as concepções e práticas construídas e servisse de referência para nortear o trabalho desenvolvido em todas as instituições de Educação Infantil da Rede Municipal. Para elaboração da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Educação Infantil, nome dado a esse documento, foram consultados os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil, além de bibliografia especializada.

2.2.1.3 Ensino Fundamental

A Rede Municipal de ensino de Teixeira de Freitas está articulada conforme orientação da Resolução CME 02/2004 que fixa as normas preliminares para as adaptações da legislação educacional e da Lei nº 11.114 de 16 de maio de 2005 que altera os arts. 6º, 30º e 87º da Lei 9394/96 tornando obrigatório o Ensino Fundamental de 09 anos, com matrícula a partir dos seis anos. Assim desde 2006 a rede municipal, através do sistema municipal, começou a atender as crianças de 06 anos no Ensino Fundamental com um projeto que norteava as adequações necessárias para a efetivação da legislação garantindo não só o acesso, mas a



qualidade do ensino, no sentido de universalizar a educação e fortalecer o combate ao analfabetismo.

Atualmente a rede municipal trabalha com o regime seriado, com progressão continuada do 1º ao 3º ano, conforme Resolução Municipal 001/2014. Nesse contexto o número de matrículas no ensino fundamental aumentou significativamente e a partir de 2010 apresenta uma relativa estabilidade conforme apresenta a Tabela 12 abaixo.

Tabela 12. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental de Teixeira de Freitas , por dependência administrativa e localização (2010/2013)

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	17.421	178	2.254	0	2.936	0	22.789
2011	17.339	205	2.189	0	3.199	0	22.932
2012	16.910	197	1.820	0	3.613	0	22.540
2013	17.151	293	1.311	0	3.708	0	22.463

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar – Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>

Tabela 13. Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo			% de alunos na escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
06 a 14 anos				67,7	92,6	96,5
11 a 14 anos	22,0	5,8	2,9			

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

Apesar da universalização do Ensino Fundamental de Nove Anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos, com vistas à garantia de pelo menos 95% dos alunos concluírem essa etapa na idade recomendada ser garantida por lei, nota-se que esse índice de aprovação e as taxas de rendimento não tem sido contemplado no Ensino Fundamenta II tanto nos dados do Estado quanto no município.

Tabela 14. Taxas de Rendimento – Rede Estadual

SÉRIE / ANO	Ano	Taxa de Aprovação	Taxa de	Taxa de Abandono
-------------	-----	-------------------	---------	------------------



		Reprovação					
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª Série / 2º ano do EF	2008	55.4	51.5	31.3	29.9	13.3	18.6
	2009	60.0	57.2	28.4	28.8	11.6	14.0
2ª Série / 3º ano do EF	2008	65.8	60.0	24.3	25.7	9.9	14.3
	2009	66.2	60.5	24.8	25.6	9.0	13.9
3ª Série / 4º ano do EF	2008	70.0	64.4	20.6	25.3	9.4	10.3
	2009	72.4	70.6	19.5	17.5	8.1	11.9
4ª Série / 5º ano do EF	2008	74.3	69.4	16.9	19.6	8.8	11.0
	2009	74.8	67.2	17.0	22.1	8.2	10.7
5ª Série / 6º ano do EF	2008	56.3	62.7	30.0	22.1	13.7	15.2
	2009	57.3	65.0	29.0	21.8	13.7	13.2
6ª Série / 7º ano do EF	2008	63.7	70.4	24.9	17.4	11.4	12.2
	2009	64.9	73.4	23.8	15.4	11.3	11.2
7ª Série / 8º ano do EF	2008	65.5	71.9	22.7	15.4	11.8	12.7
	2009	67.7	75.0	21.2	12.6	11.1	12.4
8ª Série / 9º ano do EF	2008	70.8	78.9	17.5	9.4	11.7	11.7
	2009	71.9	81.0	17.5	8.6	10.6	10.4

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,/gerarTabela.php>>. Acesso em: 27/11/2014

Na tabela 14 foi possível observar alguns avanços no atendimento da rede estadual aos educandos do Ensino Fundamental tanto do Campo quanto na Cidade, é importante destacar que a rede estadual nos dados apresentados tem oferecido o atendimento aos educandos do Ensino Fundamental II que moram no Campo.

Essa realidade no município de Teixeira de Freitas é diferente, não há nenhum dado referente ao atendimento aos educandos do Campo no Ensino Fundamental II como podemos observar na Tabela 15 que aponta o rendimento do Ensino fundamental no município e destaca a localidade entre atendimento urbano e rural.

Tabela 15. Taxas de Rendimento – Rede Municipal

SÉRIE / ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª Série / 2º ano do EF	2008		87.20	25.40	10.30	3.00	2.50
	2009	70.50	86.30	26.80	13.70	2.70	0.00
	2010	73.80	81.60	24.20	7.90	2.00	10.50
2ª Série / 3º ano do EF	2008	75.70	86.40	21.00	9.10	3.30	4.50
	2009	75.10	86.10	22.50	13.90	2.40	0.00
	2010	76.50	89.40	21.20	10.60	2.30	0.00
3ª Série / 4º ano do EF	2008	76.00	95.20	19.90	4.80	4.10	0.00
	2009	78.30	94.30	18.80	2.90	2.90	2.80
	2010	79.50	90.90	18.30	4.50	2.20	4.60
4ª Série / 5º ano do EF	2008	80.90	100.00	15.10	0.00	4.00	0.00
	2009	80.90	100.00	15.70	0.00	3.40	0.00
	2010	81.50	86.40	15.30	13.60	3.20	0.00
5ª Série / 6º ano do EF	2008	61.30	0.00	31.20	0.00	7.50	0.00
	2009	64.40	0.00	28.40	0.00	7.20	0.00
	2010	64.70	-	28.50	-	6.80	-
6ª Série / 7º ano do EF	2008	66.70	0.00	27.60	0.00	5.70	0.00
	2009	71.00	0.00	23.40	0.00	5.60	0.00
	2010	67.40	-	26.70	-	5.90	-
7ª Série / 8º ano do EF	2008	74.00	0.00	20.50	0.00	5.50	0.00
	2009	75.10	0.00	18.50	0.00	6.40	0.00
	2010	75.30	-	19.40	-	5.30	-
8ª Série / 9º ano do EF	2008	80.50	0.00	14.40	0.00	5.10	0.00
	2009	84.90	0.00	10.50	0.00	4.60	0.00
	2010	82.50	-	15.10	-	2.40	-



Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,/gerarTabela.php>>. Acesso em: 27/11/2014

Ainda no que se refere à população do campo, indígenas e quilombolas nas próprias comunidades o município estimula em parte. Os educadores afirmam que “apesar de ter onze escolas no campo, ainda temos alunos do campo que vêm para a cidade todos os dias, mas enfrentam dificuldades com o transporte nas questões do tempo, frequência, falta de monitores, manutenção dos ônibus e não há oferta para os alunos do 6º ao 9º ano, para permanecerem no campo. Estes são transportados para as escolas da zona urbana.” O calendário escolar é unificado, pois não há uma demanda suficiente para diversificá-lo, já que a rede municipal atende apenas ao campo, não tendo estudantes em aldeias indígenas ou áreas quilombolas.

As escolas do Campo que estão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, tem a estrutura de alvenaria e até o momento, conseguem atender às necessidades da comunidade. Os problemas estruturais são apenas aqueles comuns a qualquer escola: cano que quebra, lâmpada que queima etc. A única exceção são as escolas dos Assentamentos, pois essas funcionam em espaços adaptados, por não se ter autorização de construção.

Ainda considerando as informações da tabela 15, percebemos que a taxa de reprovação e a questão do atendimento necessita ser analisada de forma criteriosa e pensar ações para reduzi-la, pois os índices ainda são altos, assim também como a taxa de abandono, mesmo considerando a existência do Projeto Presença e do Bolsa Família que possibilitaram alguns avanços no IDEB do município como podemos observar na tabela.

Sobre os índices de reprovação e acompanhamento da aprendizagem o diagnóstico apontou que há um acompanhamento, com ações de intervenção por parte da escola, no entanto elas podem ser ampliadas com reforço, atividades culturais, revitalização das bibliotecas, projetos, jogos, ampliação do acervo de literatura infantil etc. Nesse contexto o investimento nas tecnologias educacionais também é necessário, através da ampliação dos laboratórios de informática, uso de jogos educativos e profissionais com formação para fazer essa mediação.



É importante considerar que no que se refere a aprendizagem das crianças, é preciso ampliar o investimento na formação continuada dos professores e no fortalecimento do papel do coordenador pedagógico, que é o profissional que acompanha e direciona todo o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas. Além disso a revisão do Projeto Político Pedagógico e sua articulação com os projetos didáticos das escolas, também contribuirá para fortalecer as atividades de promoção da aprendizagem das crianças e conseqüentemente na redução da reprovação.

Para um melhor acompanhamento da aprendizagem das crianças, o grupo colaborativo entendeu, que é importante o município criar seu próprio instrumento de avaliação, já que as avaliações que tem sido realizadas são apenas aquelas de escala nacional (ANA, Provinha Brasil e Prova Brasil).

Na rede não há um acompanhamento individualizado para atender todas as crianças com dificuldades de aprendizagem ou com deficiência. Isso tem sido feito através do Programa Educação Esperança e do Centro de Referência em Educação Inclusiva, mas tem um atendimento limitado, pois são poucos os profissionais para o atendimento, e esse atendimento é centralizado, não chega até as escolas.

Em relação à evasão, foi possível apontar que ao final de cada bimestre a escola envia para a SMEC uma planilha contendo os dados de frequência obtidos durante o bimestre escolar, mas não há uma ação de intervenção em relação aos resultados dos dados e os casos de preconceito, discriminação e violência, são enviados para a OUVIDORIA. Não há um projeto específico de acompanhamento para as crianças vítimas de violência. O CREAS, o Conselho Tutelar atendem no município, mas não atendem a demanda existente neste sentido. Não há funcionários suficientes para atender a demanda.

Foi observado ainda que nesses índices encontram muitas crianças com necessidades especiais e que, por conta das limitações das escolas, eles são enviados para os programas de apoio: CRAS, CREI, Educação Esperança. Porém



muitos pais não levam devido à localização, havendo a necessidade da descentralização do atendimento dos programas. O município também não dispõe de ações voltadas para incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias. As tímidas ações são organizadas apenas pelas escolas no seu interior.

Essas crianças e adolescentes, na sua minoria são atendidas no contraturno nas oficinas do Programa Mais Educação, mas não são ações específicas para eles. Segundo os professores são raras as atividades extracurriculares que estimulem as habilidades dos alunos. No que se refere aos concursos temos os da Acelor Mital, Lápis na Mão, UNIMED, Olimpíadas de Língua Portuguesa, matemática, ADAB, Olimpíada de Astronomia (apenas uma escola participa) e o PROERD não sendo todos os alunos motivado a participar desses concursos.

Sobre as atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional o município atende em parte com o Programa Atleta na Escola e Jogos Estudantis (JERP), mesmo assim atendendo apenas aos alunos das escolas de 6º ao 9º ano e algumas crianças em distorção do 1º ao 5º. Nesse contexto entendemos que as atividades esportivas precisam ser incentivadas de forma mais direta pela Secretaria Municipal de Educação para que as demais crianças do 1º ao 5º ano sejam contempladas, podendo ser desenvolvidas parcerias com a Secretaria de Esportes.

As atividades culturais do município tem uma oferta restrita, aparecendo apenas o projeto Orquestrando Futuros, o Departamento de Cultura, a visita à Fazenda Cascata e os jogos escolares no ginásio de esportes. É preciso considerar ainda que mesmo tendo essas poucas opções elas não conseguem alcançar nem 1/3 das crianças das nossas escolas, pois a maioria moram em bairros periféricos e não disponibilizam de transporte para se deslocarem, nem há atividades direcionadas para que a visita a esses espaços aconteça. Apenas a visita à Fazenda Cascata é mais acessível por existir uma parceria estabelecida com a



Secretaria Municipal de Educação. Na cidade não há um teatro e as apresentações teatrais nos espaços culturais são raras.

2.2.1.4 Ensino Médio

Apesar de não ser competência legal do governo municipal a oferta de educação no Ensino Médio, o PME deve considerar as expectativas dos munícipes em relação a essa etapa da educação básica para, então, desenvolver esforços junto aos órgãos competentes e fazer com que as necessidades da população sejam satisfeitas.

Teixeira de Freitas possui atualmente 7 Colégios Estaduais que oferecem o Ensino Médio no município e 6 colégios particulares, sendo suficiente as vagas existentes para o atendimento da demanda que sai do Ensino Fundamental visando dar continuidade aos seus estudos. Como podemos observar na tabela 16 que apresenta as matrículas no município.

Tabela 16. Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município de Teixeira de Freitas-Ba, por dependência administrativa e localização 2011/2013.

Anos	Municipal		Estadual	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
2011	----	-----	4.703	-----
2012	----	----	5.219	-----
2013	-----	-----	4.399	----

Fonte: Anuário Estatístico da Educação da Bahia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2010>>

No entanto, percebe-se que essa oferta não contempla pontos estratégicos do município onde a demanda é maior e a localização periférica impede o acesso do jovem à escola.

O município tem procurado se articular com o estado de modo a garantir a matrícula dos jovens em idade e tempo próprios, mesmo que de forma ainda discreta, pois a Secretaria Municipal de Educação tem feito campanhas e elaborado Programas para atender a esse público especial, ainda quando estão no ensino fundamental. O que falta ainda seria uma articulação com Secretarias



Municipais, em especial a de Assistência Social e Saúde, haja vista a realidade dos jovens que se veem envolvidos com drogas, as questões de gravidez na adolescência, enfim todas as adversidades que afastam esse jovem da escola pela realidade na qual está inserido porque existe uma ausência de espaços culturais e esportivos para os estudantes.

Em busca de equalizar o acesso dos alunos do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura tem procurado estabelecer parcerias com a Rede Estadual, oferecendo escolas com turnos ociosos. Atualmente, a Escola Municipal Joaquim José de Almeida localizada no Bairro Ulisses Guimarães, encontra-se em funcionamento no turno noturno, como extensão do Centro Educacional Machado de Assis. Além das escolas dos distritos de Duque de Caxias e Santo Antônio que também são utilizadas em parceria pelo estado.

Considerando as necessidades do jovem ingressar no mercado de trabalho, seja por carência de recursos familiares, ou pela crescente demanda de profissionalização cada vez mais cedo, um dos motivos que podem interferir na evasão do Ensino Médio, é o número reduzido de escolas que oferecem essa modalidade em bairros periféricos, principalmente no noturno, ou cursos profissionalizantes a nível médio que permitam o jovem iniciar sua vida profissional, capacitando-o para o mercado de trabalho exigente e renovador.

A evasão escolar dos alunos do Ensino Médio é um problema grave e urgente. Como podemos observar na tabela 17.

Tabela 17. Taxas de Rendimento do Ensino Médio - Rede Municipal/ Rede Estadual

Fase / Nível		Taxa Aprovação			Taxa Reprovação			Taxa Abandono		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1º ano do EM	2008	72.10			8.80			19.10		
	2009	62.40			20.60			17.00		
	2010	63.80			22.70			13.50		
2º ano do EM	2008	71.80			8.20			20.00		
	2009	68.60			17.30			14.10		
	2010	74.90			12.20			12.90		
3º ano do EM	2008	79.30			3.20			17.50		
	2009	75.00			12.30			12.70		



2010

83.20

5.40

11.40

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2009/gerarTabela.php>>

Um dos principais agravantes no caso de evasão e reprovação do Ensino Médio no município são jovens que engravidam e acabam deixando os estudos, a violência causada pelo tráfico de drogas e também temos dificuldade no atendimento a população do campo. Sobre o atendimento da educação de nível médio às comunidades quilombolas e indígenas o município não têm esse público, mas se alguma comunidade for reconhecida no período de vigência do PME a educação de nível médio irá atendê-los.

Não existe ainda nenhuma articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e as outras secretarias para sanar esse problema, o que se reconhece como não ideal, e percebe-se a importância dessa parceria como mais uma garantia de permanência do jovem na escola, independente da sua condição social.

Poucas são as escolas públicas que dispõe dos instrumentos tecnológicos, laboratório de informática, internet, vídeo, telessalas, infocentro, e quando possuem não estão em condições de uso por falta de manutenção e de profissionais técnicos capacitados para dar esse suporte.

Analisando a tabela 16, observa-se que o ENEM tem se mostrado um facilitador para o acesso ao Ensino Superior, mas os melhores resultados ainda permanecem com as escolas particulares, ou algumas escolas estaduais diurnas, o que exclui um grande número de alunos do noturno. Veja na tabela 18 o resultado do Enem 2013 por dependência.

Tabela 16. Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2009

Nível	Ano	Média da prova objetiva	Média Total (Redação e Prova Objetiva)
Rede Federal	2009	485.88	538.77
Rede Estadual	2009	473.89	531.43

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2009/gerarTabela.php>>

As escolas da Rede Estadual no Município de Teixeira de Freitas iniciaram em 2012 ações especiais como o Ensino Médio Inovador, como o PAIP que trata do



Projeto de Monitoramento, Avaliação e Intervenção Pedagógica, projetos estruturantes.

Algumas empresas, com a iniciativa do CDL – Clube de Dirigentes Lojistas de Teixeira de Freitas aderiram ao Programa – Jovem Aprendiz – que distribuem vagas para que alunos entre os 15 e 17 anos cujos rendimentos escolares sejam considerados bons, possam trabalhar por meio período em turno oposto ao que está estudando, esse projeto ainda tem como perfil o aluno carente, que já desenvolve atividades nem sempre devidamente remuneradas, ou esses alunos já estão fora da faixa etária proposta pelo programa, na realidade é um público mais acima dos 20 anos.

2.3 MODALIDADES E DESAFIOS EDUCACIONAIS

Com a finalidade de fundamentar a discussão e os debates do PME, a partir do contexto municipal, na tentativa de conjugar esforços para se adequar às leis e verificar a dimensão do atendimento para essa demanda, a fim de melhorar a educação oferecida, torná-la mais eficiente e com qualidade para a comunidade local, apresentaremos um diagnóstico específico de cada modalidade da educação em Teixeira de Freitas.

2.3.1 Educação Especial

A Educação Especial Inclusiva caracteriza-se como novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar. Todos podem aprender, cada um em seu tempo, ritmo e do jeito que lhe for propício. No município de Teixeira de Freitas a Educação Especial é promovida sistematicamente nos diferentes níveis e modalidades do ensino, porém, apenas a matrícula na escola comum não é suficiente para garantir a inclusão e nem obter os resultados esperados pelas comunidades envolvidas no processo.

O diagnóstico apontou que esforços têm sido realizados para atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas



habilidades ou superdotação, que ocorre desde a Educação Infantil. A matrícula dos alunos, público alvo da educação especial, tem aumentado de maneira significativa, que ocorreu a partir da institucionalização da Lei que obriga a presença do cuidador para os alunos com deficiência. Os cuidadores são profissionais de apoio que prestam auxílio individualizado aos estudantes que não realizam essas atividades com independência.

É possível identificar os avanços na Educação Especial, principalmente se recorrermos ao passado, no entanto, ainda existe a falta de contrapartida do estado e município na implementação de política capaz de viabilizar espaços físicos adequados que garantam boas condições em suas instalações e principalmente uma política de formação docente. A maioria dos profissionais da educação busca formação por conta própria e apenas recebem formação inicial e/ou continuada para a oferta da Educação Especial de forma restrita. As formações ofertadas pelos técnicos da Secretaria Municipal de Educação são destinadas aos professores que atuam na rede de ensino.

Ainda existem situações desfavoráveis que merecem atenção no processo de inclusão dos alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação, nas escolas públicas municipais de Teixeira de Freitas – BA. Entre as quais destacamos: ausência os recursos financeiros, superlotação de alunos nas salas; a falta da participação da família no apoio à escola; prédios inacessíveis e inadequados; ausência de formação continuada para professores da educação básica em Educação Especial. Essas são algumas das questões que precisam ser melhoradas.

Ressaltamos que o município não oferece infraestrutura, materiais pedagógicos específicos, número suficiente de Salas de Recursos para atender a demanda. Outra necessidade é a capacitação contínua de professores em educação inclusiva, com embasamento teórico que ofereça condições para desenvolver um trabalho inclusivo no processo de escolarização dos alunos com NEE. Para atender todos os alunos é necessário ampliar as equipes de profissionais da educação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, de profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-



intérpretes para surdo-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos e professores bilíngues.

Os alunos público alvo da educação especial em sua maioria não concluem a escolarização, especialmente quando começam a frequentar as séries finais do Ensino Fundamental. É preciso estimular a continuidade da escolarização dos (as) alunos (as) com deficiência na educação de jovens e adultos, de forma a assegurar a educação ao longo da vida, observadas suas necessidades e especificidades.

O município não realiza o mapeamento sobre o quantitativo de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede. É preciso realizar um mapeamento dos alunos público alvo da educação especial, identificando os tipos de deficiências, em interface com as secretarias de saúde e assistência social. O município apresenta carência na realização de eventos como congressos, seminários, simpósio sobre a sobre educação inclusiva.

As matrículas no ensino regular em nosso município atendem crianças com diversas deficiências como podemos observar na tabela 19.

Tabela 17. Matrículas da Educação Especial em Teixeira de Freitas em 2014.

	Nível de ensino				Total
	Ed. Infantil	Séries iniciais do E. F.	Séries Finais do E. F.	Ens. Médio	
Deficiência visual	14	12	05	-	31
Deficiência mental (intelectual)	04	148	26	-	178
Deficiência física	01	43	07	-	51
Deficiência Auditiva	-	19	18	-	37
Deficiências Múltiplas	-	12	03	-	15
Altas habilidades/superdotação	-	-	-	-	-
Transtornos Globais do Desenvolvimento	06	21	02	-	29
Total	25	255	61	-	341

Fonte: Secretaria Municipal da Educação

O município conta também com o Centro de Referência em Educação Inclusiva – CREI, um espaço dotado de recursos humanos e materiais, criado com aprovação do Conselho Municipal de Educação pela resolução de nº 002/2010, tem por finalidade atender e dar suporte às escolas da rede Municipal de Teixeira de Freitas através de escutas, avaliações, acompanhando o atendimento dos alunos



com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação. No entanto, o CREI encontra-se com o quadro de profissionais incompleto, ainda não possui sede própria e precisa ser regulamentado junto ao Ministério da Educação. Faz-se necessário construir um espaço físico adequado para as instalações de Centro de Referência em Educação Inclusiva.

O AEE também é oferecido em Salas de Recursos Multifuncionais, na Escola Municipal Vila Vargas, Escola Municipal Pedro Agrizzi Neto, Escola Municipal Joaquim José de Almeida e Escola Municipal Irmã Dulce. Nas Salas de Recursos Multifuncionais em atividade, os (as) profissionais que atuam são qualificados (as), porém, necessitamos de mais profissionais para atender a demanda da rede. Identificamos a necessidade de realizar um trabalho articulado com a saúde, pois para encaminhar um aluno para atendimento na saúde (laudos, exames) existem muitas barreiras. Na rede privada/ filantrópica o AEE, é oferecido na Escola Especial Nova Flor/Associação Pestalozzi, que realiza oficinas de preparação laboral e de salas ambientes (TGA).

Outro espaço vinculado a Secretaria de Educação é o Programa Educação Esperança, criado em 1999 e define-se como espaço de intervenção terapêutica multiprofissional nas áreas de Psicopedagogia, Fonoaudiologia, Pedagogia e Arte terapia. Acolhe, avalia e realiza atendimentos aos estudantes (crianças e adolescentes) com dificuldades de aprendizagem, não vinculadas à deficiência. Avaliação diagnóstica; Atendimento psicopedagógico, terapêutico, fonoaudiólogo e pedagógico aos alunos com dificuldade de aprendizagem de caráter transitório; Acompanhamento e orientação aos professores e familiares.

Sobre o atendimento Educacional Especializado nas escolas do campo, ainda não tem sido desenvolvido pelo município e não existe ainda comunidades quilombolas e indígenas no município, logo não tem demanda para esse público, mas se alguma comunidade for reconhecida no período de vigência do PME o AEE irá atender esse novo público.

A rede pública municipal disponibiliza transporte escolar adaptado para os estudantes com deficiência que apresentem limitações físicas, mobilidade reduzida



ou outras características que justifiquem esse serviço. O município em parceria com o Governo Federal aderiu ao Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE, recebendo ônibus adaptado. Porém não é proporcionado formação para motoristas e monitores que atendem estudantes com deficiência. O município foi contemplado com o repasse de ônibus escolares adaptados através do programa do Governo Federal, e esses transportes são utilizados pelos alunos com deficiência matriculados na rede pública municipal. Através de informações coletadas nas unidades escolares, os ônibus adaptados são disponíveis a todos que necessitar.

O município não possui Diretrizes para Educação Especial, com a falta de uma proposta curricular voltada para o trabalho pedagógico de alunos com especificidades diversas, as unidades escolares ficam a mercê de um trabalho fragmentado. Sabe-se da importância e urgência de estabelecer parâmetros que oriente os currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e a organização do trabalho pedagógico. A proposta é fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologias assistivas com vistas na promoção do ensino e da aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

2.3.2 Política de Alfabetização

A Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos Federal, Distrito Federal, Estados e Municípios para assegurar a plena alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

O primeiro aspecto abordado diz respeito à produção de materiais específicos para a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes. O que se identificou é que no município não existe produção de materiais específicos para a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes.



No caso da Educação do Campo, as escolas fizeram a solicitação de um livro didático específico voltado para a demanda do campo, mas, esse livro não chegou ainda às escolas. As mesmas utilizam atualmente um material didático complementar disponibilizado mediante uma parceria com o Programa Despertar, mas no geral, utilizam o mesmo material didático e a mesma proposta curricular da rede municipal. Em relação à alfabetização de crianças indígenas e quilombolas não há um material específico, até porque o município ainda não apresenta essa demanda.

Em relação ao apoio à alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas o município não oferta esse serviço. Existem em algumas escolas as salas de recursos multifuncionais que atendem a crianças com NEE, além disso, o CREI (Centro de Referência de Educação Inclusiva) e o Projeto Educação Esperança também atendem a essa demanda.

Sobre a revisão dos espaços e tempos escolares para a implementação do Ciclo de Alfabetização, as escolas da rede municipal ainda não possuem o mobiliário adequado e algumas delas apresentam dificuldades por funcionarem em espaços alugados ou com mais de um segmento. Em relação à revisão da proposta curricular, utilização dos jogos, livros e outros materiais didáticos, o município tem apresentado grandes avanços. Porém, essas articulações também dependem da organização da própria escola.

Para a implantação do Ciclo de alfabetização foram realizados pelo Núcleo de Apoio Pedagógico dos Anos Iniciais (NAPE), encontros de formação sobre Ciclo na perspectiva da Progressão Continuada, a legislação que institui o fim da retenção no Ciclo de Alfabetização e fixa as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de 9 anos (Resolução CNE/CEB nº. 07 de 14 de dezembro 2010), realizou a revisão do Proposta Curricular e dos Descritores que norteiam a avaliação, inclusive ampliando para as áreas de Ciências Humanas e da Natureza.



No processo de avaliação do município em relação às avaliações externas como Provinha Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e o Avalie Alfa acontecem regularmente, seguindo o processo e o calendário definido pelo MEC. A partir da disponibilização dos dados das avaliações, o Núcleo de apoio Pedagógico dos Anos Iniciais (NAPE), realiza discussões periódicas com os coordenadores pedagógicos e propõe que estes também façam no âmbito da escola.

Em relação à integração da Educação Infantil e o Ciclo de Alfabetização não há ações específicas para a integração dessas propostas. Percebe-se que falta apoio quanto a materiais para atender crianças nessa fase da infância (transição da Educação Infantil para o ciclo de alfabetização no Fundamental I), como parquinho, brinquedos, momento na rotina destinado aos cantinhos diversificados, adequação do espaço físico e mobiliário e outros. Na verdade, há uma tentativa de integração, apesar das dificuldades, como estamos percebendo nesse diagnóstico.

O Núcleo de Apoio Pedagógico dos Anos Iniciais (NAPE) tem trazido a discussão para os encontros de formação com os coordenadores a partir de estudo de textos específicos e materiais produzidos pelo Ministério da Educação (MEC/SEB), como por exemplo, Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para a inclusão de criança de seis anos de idade (2007), a Rotina Semanal que organiza o trabalho pedagógico no ciclo de alfabetização é pensada na perspectiva de integração, contemplando momentos para o brincar, o faz-de-conta, cantinhos diversificados (arte, beleza, pintura), além disso, a formação pelo PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) oferecida aos professores alfabetizadores retoma a discussão sobre a importância dessa integração.

Quanto ao processo de avaliação e monitoramento da aprendizagem, o município estimula a avaliação e o monitoramento da aprendizagem por meio dos descritores e das planilhas bimestrais de acompanhamento pedagógico. A adesão ao PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), Mais Educação, a parceria com o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) da UNEB, são todas ações que estimulam práticas pedagógicas com a intenção de alfabetizar todos os alunos até o 3º ano.



Em relação aos projetos pedagógicos implantados com utilização de novas tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças nas escolas da rede municipal, o diagnóstico apontou que não há projetos específicos. Algumas escolas foram contempladas com a parceria com a UNEB através do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), projeto que contempla o uso dessas tecnologias educacionais e quase todas as escolas dispõem de laboratório de informática, mas não tem nem espaço adequado e nem profissionais para atuarem.

Sobre o processo de formação inicial e continuada dos educadores no município existem os programas: Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, Plataforma Freire, Universidade Aberta. Atualmente, aproximadamente 95% dos educadores efetivos da rede municipal tem graduação, sendo que a maioria desses possui também curso de especialização. Sobre formação continuada o governo federal tem disponibilizado com frequência cursos na área de linguagem e Matemática, sobretudo para o Ciclo de Alfabetização.

No que diz respeito à proposta pedagógica do município as discussões sinalizam que a mesma garante o aluno alfabetizado ao final do terceiro ano. O que não significa que todos os alunos estão sendo alfabetizados até o fim do ciclo de alfabetização. Até porque existem situações estruturais, administrativas e sociais que perpassam às questões pedagógicas.

Em relação a utilização, divulgação e certificação de tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas constata-se que há no município a utilização de tecnologias educacionais e divulgação internamente do trabalho com esses recursos. Contudo, falta um registro mais sistemático desses recursos.

2.3.3 Educação em Tempo Integral

A ampliação da jornada escolar está prevista no PNE aprovado em 2014 na meta 6, que prevê o atendimento de 50% das escolas em tempo integral e o atendimento de 25% dos alunos na educação em tempo integral até o final da década. Para isso é importante que o município se organize e pense em ações para que essa previsão seja cumprida. As ações necessárias compreendem: construção de



espaços apropriados, ampliação, estruturação e reformas dos espaços existentes; adequação do quadro de funcionários da rede e qualificação profissional; recursos financeiros e humanos; valorização do profissional com salário digno; parceria com profissionais de outras secretarias; mudança no currículo; financiamento; ressarcimento e formação dos monitores; investimento em tecnologia, expansão da jornada de trabalho, adotar medidas para otimizar o tempo de permanência do aluno na escola como atividades recreativas, esportivas e culturais através de parcerias e contrato com profissionais destas áreas.

Além disso, é necessária a escolha das escolas que terão educação em tempo integral, considerando que os prédios já existentes serão utilizados. Para isso é necessário estabelecer critérios para essa escolha: escolas que atendam por nucleação; que tenham baixo IDEB; que atendam a crianças em situação de risco e vulnerabilidade social; escolas que possuam infraestrutura adequada com quadra, refeitório, laboratório de informática e espaço amplo; que tenham muitos alunos em distorção idade-ano; e aquelas que atendam a crianças com baixa-renda.

É importante repensar as necessidades para adaptação e construção de escolas, pois atualmente o município têm apenas duas escolas que atendem em tempo integral. Não atende, portanto, a comunidade camponesa. Também não assegura a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos.

Para que as escolas em tempo integral oferte um atendimento de qualidade, é imprescindível que o município se articule em rede para que os diversos segmentos contribuam. Sendo assim, é necessário estabelecer uma parceria intersetorial, com diferentes instituições e com as secretarias municipais (saúde, educação, assistência social, entre outras) existentes no município, para que o atendimento a esse estudante seja otimizado pelos diferentes profissionais capacitados nessas áreas, não perdendo de vista a centralidade do processo educativo pela escola.

O município oferta educação em tempo integral em duas escolas da rede e nas creches municipais, contando também com a forte parceria do programa Mais Educação do governo federal que atende atualmente uma média de 4000 alunos, sendo essa iniciativa o ponto de partida para a construção de uma educação integral, polivalente capaz de formar um sujeito em todas as suas potencialidades.

2.3.4 Qualidade da Educação Básica

A qualidade da educação básica tem sido hoje um desafio para a educação brasileira. Em especial, a partir do decreto 6.094/2007, com a criação do Compromisso Todos Pela Educação e elaboração do Plano de ações Articuladas, estados e municípios tem buscado garantir e promover metas do desenvolvimento da educação.

No entanto, o município tem conseguido avançar no acesso a educação, contudo ainda precisa avançar em políticas públicas voltadas para melhoria da educação básica. Ressalta-se que uma das maiores dificuldades encontradas pelo poder público municipal, são as condições da infraestrutura escolar, organização curricular, formação profissional, dentre outros.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) oferece dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados que de certa forma pode subsidiar o município para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica.

Com o apoio das avaliações externas, foi possível observar a baixa proficiência dos alunos do Ensino Fundamental.

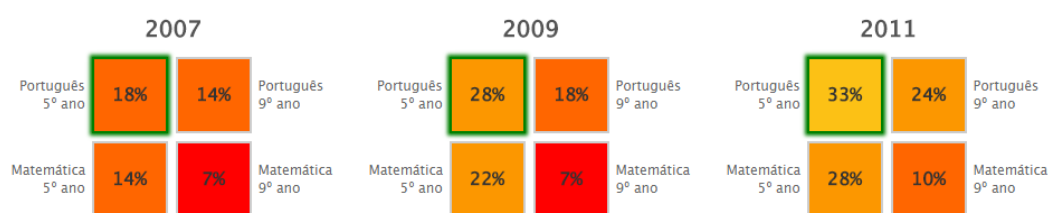


Figura 7. Quadro de Proficiência do Município de Teixeira de Freitas.



Fonte: Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/proficiencia>>.

Tendo como base esse indicador, podemos perceber que Matemática e Língua Portuguesa são disciplinas que podem ser consideradas críticas, o que se faz necessário uma maior intervenção pedagógica. Contudo, o município tem desenvolvido algumas ações para melhorar o nível de desempenho dos alunos, onde pode-se destacar as oficinas de reforço escolar do Programa Mais Educação.

No entanto, as mesmas não são suficientes para que de fato ocorra uma melhoria na qualidade da educação, por não atender todos alunos que necessitam de apoio extra escolar.

O município possui algumas parcerias para capacitação e formação dos professores da rede, com foco nas diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e dos parâmetros curriculares nacionais comuns, no entanto os direitos e objetivos de aprendizagem para o desenvolvimento dos estudantes para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, considerando a diversidade regional, estadual e local não estão sendo contemplados como deveriam.

Segundo dados fornecidos pelo Sistema de Ensino, as séries de maior reprovação da rede municipal é o 3º e 6º ano. Dentre os motivos sinalizados é que os alunos do 3º ano não estão alfabetizados e que os alunos do 6º ano não dominam questões básicas de leitura escrita e cálculo.

Quanto a violência, foi possível dignosticar que poucos são os esforços a nível municipal para garantir políticas de combate à violência na escola, não sendo desenvolvido ações destinadas à capacitação de educadores(as) para dignosticar, combater e prevenir sinais e causas de violências no município.

O mesmo tem buscado articular os sistemas de ensino e unidades escolares, porém, não existe os setores, como por exemplo uma comissão permanente de avaliação para avaliar todo o nosso sistema desde a aprendizagem dos alunos, acompanhamento do educando de forma individualizada e de todos os profissionais da educação.



O município tem feito um acompanhamento dos indicadores das avaliações externas como ponto de partida, no entanto o que mais tem ocorrido é uma cobrança de resultados, com pouca ou nenhuma reflexão sobre esses resultados com a comunidade e a família.

Na análise do resultado do IDEB, observa-se que nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental o município não alcançou as metas projetadas para 2011, o que de certa forma, demonstra a necessidade de fortalecimento dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede.

Em relação ao Ensino Médio, destaca-se que a rede está abaixo da meta prevista. A rede estadual do município além de se encontrar abaixo da média projetada está abaixo da média nacional e estadual, o que também requer atenção especial no que se refere a ações em prol da melhoria da qualidade da educação.

Tabela 20. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB no Ensino Fundamental e Médio 2007/2013

Rede		IDEB Observado					Metas Projetadas							
Brasil	Total	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
		3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9	---	---	---	6.0
Estado	Total	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
		2.7	3.4	3.8	4.2	4.3	2.8	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0
Rede Municipal	1º ao 5º	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
		3.4	3.5	3.9	4.2	4.4	3.4	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.6
Rede Municipal	6º ao 9º	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
		3.1	3.0	3.3	3.5	3.6	3.1	3.3	3.6	4.0	4.3	4.6	4.9	5.1
Rede	E.M	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
		2.9	3.0	3.3	3.2	3.0	3.0	3.1	3.2	3.5	3.8	4.3	4.5	4.8

Fonte: INEP :Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado>

No sentido de uma melhora constante dos resultados do IDEB de nossas escolas o município tem se articulado com os entes federados por meio de programas como o PAR, Mais educação, PDDE, PDE. Uma outra forma de reflexão do IDEB tem sido a sua divulgação e acompanhamento bianualmente, ocorrendo uma orientação direcionada com os diretores e buscando sempre aderir todos os



convênios com o Programa Nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para nossas escolas.

Porém, não existe um monitoramento efetivo para o acompanhamento do processo de implementação dessas ações nas escolas. Também existe uma certa dificuldade da equipe escolar compreender que essas ações estão voltadas para melhoria do IDEB, o que compromete a efetividade dos mesmos, por serem considerados muitas vezes apenas uma forma de receber apoio financeiro.

Em relação as tecnologias na educação foi possível constatar que as escolas tem laboratórios de informática com o sistema operacional LINUX e acesso a internet inclusive nas bibliotecas, com exceção das escolas do campo, porém não estão acessíveis por falta de formação dos professores e adequação dos espaços. O setor de tecnologia SMEC tem tido a iniciativa de oferecer um curso básico de informática aos professores podendo fortalecer o programa de gestão que integra todo o ensino educacional a rede municipal, já temos uma formação para técnicos da secretaria, mas não contempla a todos essa formação.

O Município tem buscado garantir as leis educacionais como a 10.639/2013 e a 11.645/2008 que garante adequação no currículo para atender a cultura local de cada cidade ou regional, com ações pontuais sem um planejamento mais elaborado. Existe também uma necessidade de se debater as diretrizes curriculares inclusive do campo. Não há também uma mobilização da família e da sociedade civil, isso só ocorre de dois em dois anos nas conferências de educação, as articulações intersetoriais com outras secretarias não tem ocorrido de forma ampla apenas com Assistência Social e Saúde necessitando ampliar essas parcerias.

No sentido de desenvolver uma educação de qualidade no município de Teixeira de Freitas os desafios estão colocados, que partem desde a infraestrutura ao cumprimento de leis que buscam garantir a nossas crianças o acesso e permanências a educação de qualidade, como foi possível diagnosticar o nosso município ainda tem dificuldades em assegurar princípios fundamentais do estatuto da Criança e do Adolescente –ECA.



2.3.5 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

O município organiza a EJA em sua rede de forma Modular Semestral, o aluno conclui uma série/ano a cada semestre composto por cem dias letivos com uma carga horária de quatrocentas horas para o primeiro segmento e quinhentas horas para o segundo segmento, exceto as turmas de alfabetização que é anual duas horas diárias o equivalente a seiscentas horas ano. A EJA é ofertada em treze escolas na sede e uma no campo. Na tabela 21 podemos observar o atendimento e a movimentação das matrículas em nosso município.

Tabela 21. Matrícula inicial na EJA no município de Teixeira de Freitas, por dependência administrativa e localização

Anos	Municipal/Ens. Fun.		Estadual/Ens. Fun. e Médio		Privada		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2011	2.318	-	1.152	-	-	-	3.470
2012	2.173	-	1.268	-	-	-	3.441
2013	2.308	72	1.406	-	-	-	3.786

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ide/2017,2008,2019,2010/gerarTabela>

Para captação de recursos para a EJA é feito a inclusão dos alunos matriculados no censo com isso os alunos dessa modalidade são contemplados nos programas do MEC/FNDE, PENAE, FUNDEB, PDDE, PNLD EJA além da adesão a programas como o PROJOVEM URBANO. Existem também a possibilidades de realização de exames supletivos, de forma a facilitar a progressão nos estudos por parte dos alunos trabalhadores. De 2002 a 2008 o município fez adesão ao ENCCEJA para certificação de competências de jovens e adultos em nível de Ensino Fundamental e Médio fazendo divulgação em todo território municipal e emitindo certificados aos aprovados e declaração de resultados parciais. Essa iniciativas contribuem para a certificação e a redução das taxas de analfabetismo no município e no País.

Tabela 22. Nível Educacional da População Jovem, 1991/2000/2010

Faixa etária (anos)	Taxa de Analfabetismo			% de alunos na escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
15 a 17			2,200			83,320



18 a 24		2,610		30,640
---------	--	-------	--	--------

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil

A partir de 2009 o ENCCEJA passou a certificar apenas para os interessados a conclusão do Ensino fundamental e o ENEM certificar para conclusão do ensino Médio, ambos de responsabilidade da União e Estado. A secretaria municipal de Educação foi autorizada a continuar emitindo certificados de conclusão para os candidatos que fizeram ENCCEJA até 2008 e quando solicitada orienta os interessados em fazer exames supletivos, informando os locais onde podem realizá-los, no caso do ENCCEJA e ENEM no site do MEC e os exames supletivos realizados no Estado da Bahia na cidade de Eunápolis pelas Comissões Permanentes de Avaliação (CPA), autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE). O funcionamento das Comissões também é regulamentado pela Resolução CEE nº 138/2001 e Portaria SEC nº 12.235/2002. Veja na tabela 20 os indicadores do nível educacional da população adulta em 2010.

Tabela 23. Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 2010

Taxa de analfabetismo	2010
25 a 29 anos	3,960
25 ou mais	11,820
Percentual de atendimento	
% de 25 a 29 anos na escola	14,310

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Disponível em: <
<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>

É possível perceber após a análise da tabela 20 que o índice de analfabetismo quando observado na faixa etária de 25 a 29 anos de de quase 4% da população, já quando ampliamos para 25 anos ou mais, o percentual aumenta em mais de três vezes chegando a 11,820.

Apesar de significativos avanços em relação a materiais de fundamentação para os profissionais que atuam na EJA como paradidáticos e livros didáticos para os alunos oferecidos pelo MEC/SECADI ainda são em quantidades bem pequenas. O município nesses últimos quatro anos vem tentando elaborar uma proposta curricular por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico que organiza a proposta



pedagógica em parceria com os professores baseados nos referenciais do MEC que se aproxime das reais necessidades dos jovens e adultos.

Em relação ao tipo de colaboração que tem sido efetivada entre governo municipal, estadual e federal, para ampliação e melhoria do atendimento à demanda da EJA, o município é emancipado em relação à Educação, por possuir sistema próprio, Conselho Municipal de Educação e demais Conselhos, com isso todas as parcerias são efetivadas diretamente ao governo Federal. Os alunos matriculados são lançados no censo de cada ano, com isso há disponibilização de recursos por meio do FNDE através dos programas PNAE, PNATE, PNLD EJA e FUNDEB além da adesão a programas específicos voltados para esse público. Ressaltamos que o valor pago aos alunos da EJA é inferior referente ao que é pago aos alunos matriculados nos demais segmentos.

Quanto à isonomia de condições em relação às demais etapas e modalidades da Educação Básica são várias as questões que as diferem, tais como: a carga horária é menor; a proposta curricular; a matriz curricular; o atendimento é só noturno; os recursos disponibilizados pelo FNFE/MEC para os municípios para atendimento dos alunos da EJA são inferiores em relação as demais modalidades;

A secretaria de educação dentro das suas atribuições legais já incluiu na Matriz Curricular a Lei 10.639/03 que regulamenta o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, porém esta precisa ser substituída pela Lei 11.645/08 que inclui a Cultura Indígena. Como a Lei orienta o trabalho na transversalidade, em específico, pelas disciplinas de Língua Portuguesa, História e Artes faz necessária a formação continuada em serviço para que os profissionais da educação possam continuamente ir se apropriando das questões que envolvam essa discussão e construam uma Proposta Curricular que contemple e faça valer de fato o que regulamenta a Lei. As escolas de forma pontual desenvolvem projetos e sequências didáticas para discussão e estudo da Cultura Afro-brasileira, principalmente na semana que se comemora o dia da Consciência Negra.

A avaliação da aprendizagem é diagnóstica, continua e somatória onde os aspectos qualitativos tem um peso maior que os aspectos quantitativos. Levando



em consideração a especificidade desse público, há uma necessidade de retomada, análise e reflexão sobre o processo da avaliação da aprendizagem no âmbito das escolas que ofertam a EJA.

A rede Municipal de Educação possui Proposta Curricular elaborada pelos professores da EJA monitorado pelos coordenadores e Núcleo de Apoio Pedagógico da EJA com base nos referenciais do MEC. A proposta foi elaborada na tentativa de aproximar os conteúdos trabalhados às especificidades e necessidades dos educandos jovens, adultos e idosos.

É disponibilizado pelo município, transporte escolar para os estudantes da EJA que residem nos distritos, no campo e os atendidos pelo Programa de inclusão de jovens (PROJOVEM URBANO), por residirem em bairros distantes do Núcleo. Até então o que tem prejudicado o atendimento do transporte escolar no município é a não existência de todos os ônibus próprios, uma vez que a maior parte são alugados.

O município está no processo de melhoria das condições de infraestrutura para funcionamento das turmas de EJA, porém a maioria das escolas que atendem a EJA ainda não possuem quadras, os laboratórios de informática boa parte das máquinas não funcionam bem, estão precisando de manutenção e não tem técnico específico para acompanhamento e orientação quanto ao manuseio e uso dos computadores. Por ser um laboratório para toda escola o desgaste das máquinas é muito grande. Possuem biblioteca, mas na sua maioria não tem um profissional especializado para atender a demanda e algumas não funcionam no noturno por falta de funcionário.

Quanto a sistemática de monitoramento e avaliação das condições de oferta da EJA a SMEC ainda não possui um sistema de Avaliação Institucionalizado, porém faz acompanhamento e monitoramento das condições de oferta a EJA através das visitas às unidades, observando e fazendo levantamento das principais demandas tanto administrativa quanto pedagógica socializando com os demais setores na tentativa de garantir sua qualidade.



A EJA possui algumas demandas bastante complexas a serem resolvidas, a evasão, a rotatividade entre os alunos diariamente e a questão da insegurança no ambiente escolar acaba refletindo no aproveitamento. Segundo dados obtidos na última pesquisa feita pelo setor responsável, o perfil dos alunos da EJA vem mudando significativamente no decorrer desses últimos quatro anos, o público é formado por aproximadamente 70% de jovens entre 15 a 29 anos,.

Como a EJA é um campo ainda pouco pesquisado, são poucos artigos e materiais de fundamentação teórica para estudo, pesquisa, principalmente voltada para o novo perfil da modalidade. Os coordenadores e professores sentem falta de uma formação continuada em serviço.

Nesse sentido todo processo se torna mais complexo nas escolhas de metodologias, estratégias de avaliação e de acompanhamento. A proposta do município em específico na EJA a avaliação é tida como procedimento de levantamento de dados, análise, reflexão e intervenção a partir das informações obtidas no processo de ensino aprendizagem com vista a um novo resultado.

A avaliação voltada para os alunos é diagnóstica, contínua e somatória onde os aspectos qualitativos tem um peso maior que os aspectos quantitativos. No valor total de pontos, 60% é para o qualitativo e 40% para o quantitativo. Nos aspectos qualitativos entra a participação direta dos alunos na realização das atividades diariamente em cada turma que, devido ao um problema de rotatividade muito presente na escola no noturno isso tem contribuído ainda com índices significativos de reprovação, não dando expressividade as taxas de aprovação na EJA, mesmo com as várias conquistas para elevação e qualificação do atendimento aos jovens e adultos matriculados na rede municipal de ensino, como a inclusão nos programas do MEC/SECADI, PNAE, PNLD/EJA, FUNDEB, acompanhamento pedagógico, realização de projetos institucionais voltados para área de saúde e trabalho, torneio de futsal.

Além das questões que são comuns ao público da EJA como a carga horária de trabalho, problemas familiares e outros, no atual contexto ainda possui um outro agravante, a insegurança. Professores, alunos e demais funcionários se sentem



vulneráveis sem a presença de profissionais especializados que possam zelar pela segurança dos mesmos, dentro e nas imediações da escola. O município vive um momento de violência e insegurança e isso reflete diretamente na escola, principalmente no turno noturno.

2.3.6 Educação Profissional de Nível Médio

No município de Teixeira de Freitas, estado da Bahia, existe a oferta da Educação Profissional, tanto no setor privado quanto no setor público, nas modalidades Ensino Médio Integrado, Subsequente, Proeja, PRONATEC e Projovem Urbano. O município fomenta a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de Educação a Distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação Profissional Pública e gratuita, como pode-se citar o IFBaiano, que tem oferecido cursos técnicos presenciais e a distância no município.

Há no município instituições privadas de cursos técnicos profissionalizantes, mas temos também Unidades Estaduais de Ensino (UEE) ou Centros de Educação Profissional da Rede Pública Estadual de Ensino e Institutos Federais (IF) em pleno desenvolvimento de suas atividades.

Essa oferta de Educação Profissional no município precisa de melhorias e ampliação, principalmente no setor público, já que no setor privado há bastante investimento do PRONATEC e sistema S. A. No que diz respeito a estrutura das escolas e instituições que oferecem a Educação Profissional, o Centro Territorial de Educação Profissional do Extremo Sul (CETEPES) precisa de ampliação das salas e construção de laboratórios, a estrutura do SENAI apresenta bom estado, mas precisa de sede própria (o que está em andamento). Apenas o IFA Técnico apresenta boa estrutura, o Campus do IF Baiano não possui sede própria estando em um imóvel que pertence a UNEB.

É necessário melhor investimento da rede pública para estágios supervisionados. Em relação à sobreposição de oferta das diferentes redes, é necessário haver



discussões para melhor atender as necessidades da comunidade e gerir os recursos públicos com eficiência.

No município a Educação Profissional também é oferecida nos Centros Territoriais de Educação Profissional (CETEP) através dos cursos Técnicos em: Enfermagem (EPI e Subsequente), Informática (EPI e Proeja), Controle Ambiental (EPI), Administração (EPI), Química (EPI e em 2015, Subseqüente), Comércio (Subsequente). A Educação Profissional, considerando as formas: concomitante, subsequente e integrada, a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em nível técnico está sendo ampliada. Um exemplo disto é o CETEPES, que possui cerca de 1000 alunos internos e cerca de 6 turmas com, aproximadamente, 20 alunos em cada turma no PRONATEC, totalizando ao todo 1120 alunos.

O município amplia a oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade, pois as entidades privadas oferecem cursos técnicos profissionais de forma gratuita. O sistema de avaliação da qualidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio das redes escolares públicas e privadas é institucionalizada pelo MEC, SUPROF E SEC através de avaliação anual ou quando na implantação de novos cursos.

Há no município ações de expansão do estágio para estudante da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e que preserva o caráter pedagógico, integrando ao itinerário formativo do estudante, o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, a contextualização curricular e o desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho. O CETEPES possui o articulador de estágio, que é o responsável por criar parcerias com as instituições que possam oferecer vagas para estágio. Esse profissional também acompanha o estagiário na empresa. Os setores público e privado oferecem estágio supervisionado, bem como as empresas da região. Os convênios são firmados pela instituição e pela empresa concedente.



O município tem ofertado Educação Profissional Técnica de Nível Médio às populações do campo. Sobre o atendimento da educação profissional as comunidades quilombolas e indígenas o município não tem esse público, mas se alguma comunidade for reconhecida no período de vigência do PME a educação profissional irá atender esse novo público. O IFA Técnico oferece cursos de Cooperativismo financiado pelo SISCOB. O CETEPES possui turmas para deficientes auditivos, na modalidade Proeja. O IF Baiano de Teixeira de Freitas oferece vagas presenciais de técnico em Hospedagem, Florestas, Agropecuária e administração na modalidade EAD é oferecido o curso de Tecnólogo, com esses cinco cursos são tendidos 740 alunos de Teixeira de Freitas e região. Existe no município ações de incentivo à redução das desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei, sendo o PRONATEC um incentivo para estes fins.

2.4 EDUCAÇÃO SUPERIOR

Com relação ao ensino superior, a Constituição de 1988 lhe dedica poucos artigos. O artigo 207, lhe assegura “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. No parágrafo 2º do inciso II do artigo 213, afirma-se que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio do Poder Público”.

Evidentemente, ficam implícitos no texto constitucional os demais determinantes relacionados ao ensino superior nos princípios referentes à educação em geral. É assim que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996, vai regulamentar esses princípios constitucionais relacionados ao ensino superior. Ao proceder desse modo, a Lei 9394/96 não faz apenas uma operação jurídico-legislativa formal, mas consolida igualmente as opções políticas do Estado brasileiro como também suas opções ideológicas.

2.4.1 Ensino Superior



No município de Teixeira de Freitas temos diversas instituições que oferecem Ensino Superior. Dentre estão os cursos de graduação em diversas áreas do conhecimento; cursos sequenciais voltados para formação específica que são destinados a quem já tem ou está cursando algum tipo de graduação e quer se especializar em outra área correlata à sua atuação.

Nesse item do PME, é importante destacar quais as expectativas da população teixeirense em ingressar na Educação Superior e as oportunidades existentes no município, observando a vocação local e regional e outras perspectivas.

O município de Teixeira de Freitas tem demandas para cursos de Educação Superior. Contudo, é importante frisar que a formação seja ampla contemplando os interesses da formação humana. Não existe ainda no município cursos de nível superior de pós-graduação Strito Sensu; nem uma política de formação continuada em pós-graduação Strito Sensu para os professores da rede pública municipal de educação.

Existem núcleos de instituições de Educação Superior no próprio município nas instituições públicas e privadas ofertando cursos presenciais e na modalidade a distância. O município tem desenvolvido algumas ações que contribuem para a permanência de estudantes de baixa renda na Educação Superior tais como: passe livre e ônibus nos distritos para locomoção dos estudantes. As Universidades públicas dispõem de mecanismos para promover a permanência dos estudantes de baixa renda: Residência Estudantil no caso da UNEB, bolsa auxílio, bolsa permanência, bolsas de pesquisa, monitoria de extensão, PIBID e etc. Nas particulares há oferta de vagas no PROUNI, EDUCAMAIS e FIES, em alguns casos com incentivo de bolsas filantrópicas institucionais.

As instituições proponentes são, devidamente credenciadas à CAPES e os cursos oferecidos são autorizados pela instância competente. A infraestrutura (acervo bibliográfico, equipamento de informática, acesso à internet, secretaria de curso, coordenação local atende ao funcionamento adequado dos cursos. Os polos de educação a distância (EaD) foram autorizados pelo MEC com a infraestrutura



necessária para o seu funcionamento (acervo bibliográfico, equipamento de informática, acesso à internet, secretaria de curso, coordenação local) atendendo atividades e avaliações presenciais.

Tem sido proporcionada na rede municipal a oferta de estágio como parte da formação na Educação Superior ofertando uma concentração de estágio nas licenciaturas e não há oferta em outras áreas. No que se refere a acessibilidade, ainda está sendo articuladas ações que atendam as condições de acessibilidade às instituições de Educação Superior, na forma da legislação.

O município está em processo de fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais locais. Ressaltamos que ainda não há ações que atendam este item em nível municipal. Não dispomos também de uma empresa especializada para realizar uma pesquisa. Quando necessário, recorre-se a uma empresa terceirizada para efetivação de qualquer pesquisa seja de cunho de “vocação econômica” ou não. Não há divulgação de pesquisas científicas de amplo conhecimento.

A comunicação local tem buscado divulgar os cursos, localidades e prazos oferecidos pelas instituições públicas de Ensino Superior locais e regionais, nas modalidades de graduação e pós-graduação. Não existe nenhum link da EDUCAÇÃO SUPERIOR no site da Secretaria Municipal de Educação e da Prefeitura. Frisando que o município não dispõe de plataforma eletrônica para divulgar a oferta em cursos de formação inicial e continuada de profissionais de educação, bem como para consulta e atualização dos currículos eletrônicos dos docentes.

O município tem buscado parcerias com a Universidade do Estado da Bahia- UNEB, com a Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC para a oferta de cursos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos (as) profissionais da educação de outros segmentos que não são os do magistério.



No entanto, há iniciativas do IFBaiano neste sentido (nível técnico): secretariado escolar, alimentação escolar e infraestrutura. Indicação de que haja oferta de cursos para humanização do atendimento no setor público, capacitação em informática e formação continuada (em instituições públicas e privadas).

Os estagiários dos cursos de licenciatura são acolhidos no município e valorizados para o atendimento das demandas da educação básica municipal, porém a recepção e acompanhamento dos estagiários não são realizadas de forma permanente que articule as discussões referentes ao Nível Superior, incluindo representantes de todas as instituições.

2.5 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Para que aconteça a valorização profissional é necessário que se reflita sobre quem são estes profissionais da educação, qual sua história profissional, como se estruturam a divisão social do trabalho de maneira a dialogar sobre o processo de desvalorização ao qual estão submetidos, para isso é relevante conhecermos como estão distribuídos em nosso município os profissionais da educação. Veja a tabela 24 que nos apresenta essa distribuição

Tabela 24. Número de professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular.

Profissionais do magistério	Municipal	Estadual	Particular	Total
Professores	1.276			
Coordenadores	62			

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Diretoria Regional (Direc) 2014.

Temos vivenciado na atual conjuntura um conjunto de políticas que tem visado a valorização dos profissionais da educação e aqui cabe ressaltar que entende-se como profissionais da educação todos os servidores que atuem dentro do espaço escolar (professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares) e com relação ao pessoal administrativo e ao pessoal de apoio estes podem ser incluídos como profissionais da educação desde que sejam submetido ao curso de formação



conforme resolução nº 5, de 22 de novembro de 2005, que habilita os servidores como profissionais de apoio escolar.

O entendimento é o de tornar todos os funcionários da educação básica educadores, que devem trabalhar articuladamente com os professores e demais especialistas, também educadores, na perspectiva da realização de um trabalho integrado e solidário, compatível com a democracia participativa que deseja praticar nas escolas públicas. (Brasil, 2006, p.27)

O processo de valorização dos profissionais da educação do município de Teixeira de Freitas, percebe-se que alguns avanços já foram conquistados em relação a formação docente, através de parcerias com o Ministério da Educação, a Secretaria Estadual de Educação e a própria Secretária Municipal de Educação, além de parceria com Universidades e Institutos, vários cursos de formação: o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa; formação continuada para Professores de Língua Inglesa; Curso de Especialização em Gestão Escolar; Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica; formação continuada para os Professores da Educação Infantil, os cursos fornecidos pela Plataforma Freire, além destes cursos são feitos encontros quinzenais com os Coordenadores Pedagógicos. No entanto faz-se pertinente salientar que estas formações ainda não conseguem atingir a todos os servidores da rede.

Um fator que tem feito com que esse processo de valorização através da formação continuada não atinja sua plenitude tem sido a questão da rotatividade dos servidores docentes e não docentes no município, esta rotatividade deve-se ao elevado número de servidores que estão de licença sem vencimentos, readaptação de função e desvios de função. Veja na tabela 22 como as funções estão distribuídas na rede de Teixeira de Freitas.

Os servidores docentes tem deixado o exercício da docência em nosso município devido ao excesso e falta de condições de trabalho, com isso muitos tem ficado doentes. Todo esse processo está amparado na lei municipal 460/2008 e lei complementar 008/2008 que estabeleceram o Plano de Carreira e o Estatuto dos Servidores do Magistério e foram construídos de maneira participativa com o Sindicato dos Profissionais da Educação.



Em tempo salientamos que apesar de ser um plano recente é urgente a necessidade de reformulação visto que algumas novas demandas precisam ser atendidas, além de garantir os profissionais não docentes sua inclusão no plano conforme deliberações do Pro Funcionário do Ministério da Educação. Uma outra demanda é a questão do processo de avaliação de desempenho dos servidores da Educação que ainda precisa ser viabilizada principalmente no que se refere ao estágio probatório, para que de fato sejam valorizados os bons profissionais e seja dada condições de melhoria para aqueles que não desenvolvem bem as suas funções tendo a possibilidade de passarem por um processo de qualificação. Outro ponto central para reformulação refere-se a liberação do servidor de maneira remunerada para aqueles que estão fazendo cursos em nível de especialização, mestrado e doutorado, que precisa estar garantida no estatuto e no plano de carreira.

Um dos aspectos importante da valorização profissional do pessoal docente é a existência de Coordenadores Pedagógicos empossados através de concurso público para este cargo, exercendo suas funções no âmbito da escola e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e também a existência de professores que estão assumindo a função de Coordenadores Pedagógicos devido ao fato do número de concursados ser inferior a demanda das escolas.

Outro aspecto importante que cabe destaque é o fato de que a quase totalidade dos cargos são preenchidos por uma maioria de servidores efetivos. Uma luta que foi conquistada graças à participação dos sindicatos. Sendo importante destacar que a formação deve chegar aos demais servidores que atuam nas escolas sendo efetivos ou não. Na tabela 25 podemos observar que outros profissionais são esses e qual a sua formação.

Tabela 25. Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2013.

Cargos	Nº	Nível de Escolaridade			
		Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Completo	Superior
Merendeira	124	44	16	50	14
Vigilante	019	07	03	06	03
Servente	163	44	28	74	17
Secretário Escolar	073	x	X	35	38



Porteiro	020	05	X	12	03
Outros	084	02	10	'63	09

Fonte: Secretaria Municipal da Educação

Pensar a valorização dos profissionais da educação é um desafio que precisa ser superado, visto que temos escolas que não possuem funcionários suficientes para atender as demandas da escola, este fato muitas vezes tem feito com que o trabalho desenvolvido nesta instituição fique comprometido. Outro fator relevante a ser considerado na valorização é a questão financeira, o baixo valor da remuneração dos servidores que muitas vezes tem desestimulado o ingresso de novos servidores e proporcionado a saída daqueles que já está atuando.

2.6 GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO

A gestão democrática tem se tornado um dos motivos mais frequentes, na área educacional, de debates, reflexões e iniciativas públicas, a fim de dar sequência a um princípio posto constitucionalmente e reposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Gestão provem do verbo latino gero, gessi, gestum, gerere e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. Trata-se de algo que implica o sujeito. Isto pode ser visto em um dos substantivos derivado deste verbo. Trata-se de gestatio, ou seja, gestação, isto é, o ato pelo qual se traz em si e dentro de si algo novo, diferente: um novo ente.

Nesta perspectiva, a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução dos conflitos.

O processo de descentralização e conseqüentemente o da municipalização do ensino se deu com a criação do sistema municipal de ensino pela Lei 529/99 e instituição do Conselho Municipal de Educação e Cultura (COMEC) pela Lei 408/98.

No que concerne à participação do Conselho Municipal de Educação (COMEC), o mesmo é atuante. Criado pela Lei nº 450/08, que dá nova redação à Lei nº 206, de



11 de dezembro de 1997, integra o Conselho do FUNDEB como Câmara do Conselho Municipal de Educação e dá outras providências. Segundo a referida Lei, o mesmo se constitui como

órgão colegiado integrante do Sistema Municipal de Ensino de Teixeira de Freitas- SME, político e administrativamente autônomo, com atribuições normativa, deliberativa, mobilizadora, fiscalizadora, consultiva, propositiva, de controle social e de assessoramento aos demais órgãos e instituições do Sistema de Educação do Município. (Lei nº 206, Art. 2)

Em consequência foram adotadas algumas medidas institucionais por parte da Secretaria Municipal de Educação (SMEC), destinadas a ampliar o espaço de autonomia das unidades escolares, bem como o planejamento da gestão educacional municipal.

A maioria das Unidades de Ensino possuem Unidades Executoras (UE). A sua participação, em parte, se limita à prestação de contas dos recursos utilizados pela escola como: Programas Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e PDE Escola, Mais Educação, dentre outros.

O Estatuto do Magistério criado pela Lei 008/2008, define e estabelece que os cargos de Carreira do Magistério são acessíveis a todos os brasileiros, assim como aos estrangeiros, preenchidos os requisitos que a Lei estabelece e o ingresso dar-se-á por aprovação em concurso público de provas e títulos.

A Lei Orgânica Municipal, aprovada em 05 de abril de 1990, apresenta em seu Título VII o Ordenamento Social, onde a educação é definida em seu Capítulo IV. Dentre os princípios que norteiam a educação municipal no que se refere à qualidade educacional municipal, é a garantia do padrão de qualidade educacional mediante a avaliação cooperativa periódica por órgão próprio do sistema educacional, pelo corpo docente e por responsáveis pelos alunos e condições para reciclagem periódica dos profissionais do ensino (Art. 161, VI, a, b).

Para nortear as ações a serem implementadas na rede municipal de ensino a SMEC, por meio dos Núcleos de Apoio Pedagógico (NAPE) elaborou o Projeto Político Institucional (PPI). O mesmo é um documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo desenvolvido na rede municipal de



ensino, expressando as exigências legais do sistema educacional, seguindo em consonância com a legislação e propostas nacionais e estaduais para a educação, mediante planejamento de programas, projetos e planos; elaboração de leis e gerenciamento de dados. Para que isso ocorra a Secretaria conta com seu Sistema de Ensino, os Núcleos de Apoio Pedagógico e os Conselhos.

Apesar da constituição Federal de 1988, criar na área da educação, o regime federativo, fundamentado em um regime de colaboração, o mesmo ainda não vem sendo vivenciado de forma efetiva pelas esferas. Ainda existe uma necessidade de criar e fortalecer encontros de articulação entre município, NRE 07 (Núcleo Regional de Educação) e SMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura), para garantir a efetividade das ações previstas no Plano de Ações Articuladas (PAR) de forma colaborativa, favorecendo o apoio técnico e financeiro entre União, Estado e Município, previstos no Termo de Compromisso Todos Pela Educação.

É pertinente salientar, que não existe uma política de apoio às Unidades Escolares (UE) que não têm conseguido avançar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Cujo objetivo é fortalecer a gestão educacional escolar por meio do acompanhamento sistemático dos dados e da qualidade educacional, a SMEC não conseguiu efetivar as ações previstas no seu Plano de Metas e Ações, o que compromete o atendimento às escolas prioritárias da rede.

O município de Teixeira de Freitas hoje conta com um número significativo de unidades de ensino, dentre essas: municipais, estaduais, federais e privadas. A rede estadual tem atendido somente o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio como podemos observar na tabela 26.

Tabela 26. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual em Teixeira de Freitas-Ba.

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	0	0	0	7	0	7	6	0	6
2011	0	0	0	7	0	7	6	0	6
2012	0	0	0	7	0	7	6	0	6
2013	0	0	0	6	0	6	6	0	6

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ide/2017,2008,2019,2010/gerarTabela>



Deste total observa-se que o município abarca a grande maioria dos educandos, uma vez que é de sua competência o andamento dos trabalhos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I e II. Veja a tabela 27.

Tabela: 27. Número de escolas da rede municipal de ensino de Teixeira de Freitas.

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	24	1	25	37	10	47	0	0	0
2011	25	1	26	37	10	47	0	0	0
2012	24	1	25	38	10	48	0	0	0
2013	27	3	30	39	10	49	0	0	0

Fonte: portal.mec.gov.br/ide/2017,2008,2009,2010

São atendidos no município os níveis de ensino: **Educação Infantil**, **Ensino Fundamental**; que se subdivide em: Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Anos Finais (6º ao 9º ano), **Educação de Jovens e Adultos** que se subdivide em nove módulos, a **Educação Especial** é realizada por meio de nucleação, onde após mapeamento das necessidades se disponibilizou profissionais intérpretes para o devido acompanhamento aos educandos com necessidades especiais. Temos ainda o **Ensino Médio** dando continuidade ao processo educacional aos alunos que concluem Ensino Fundamental, sendo responsável por tal acompanhamento na região pelo sistema estadual de educação. Não existe demanda para Educação Indígena. Veja na tabela 28 a distribuição do atendimento com o numero de escolas entre Estado e Rede municipal em nossa cidade.

Tabela 28. Numero de estabelecimentos de ensino por dependência administrativa.

Níveis de ensino	Dependência administrativa					
	Estadual		Municipal		Particular	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Ed Infantil – Creche	0	0	7	7	--	--
Ed. Infantil – Pré-escola	0	0	11	11	22	23
Ensino Fund. Anos iniciais	0	0	43	47	--	--
Ensino Fund. Anos Finais	7	7	24	24	23	24
Ensino Médio	6	6	0	0	4	5
Total	13	13	78	82	49	52

Fonte: www.mec.gov.br/ide



Como pode ser observado o crescimento de escolas de Educação Infantil no município tem ocorrido devagar. Já o Ensino Fundamental houve um crescimento de 06 escolas no interstício de 04 anos. Essa realidade demonstra que não existe uma política de expansão voltada para atendimento à demanda de Educação Infantil.

Analisando a situação de infraestrutura das unidades de ensino, vê-se que as mesmas encontram-se parcialmente adequadas. Os prédios alugados (total de seis) não possuem condições satisfatórias para atendimento a demanda, devido às instalações apresentarem condições inadequadas de segurança, salubridade e conforto ambiental. As instalações da maioria das escolas não garantem a acessibilidade, fato este que já está sendo implementado nas unidades. Menos de 50% das Unidades escolares não possuem salas de recursos multifuncionais, laboratório de ciências, laboratório de informática, sala de recursos audiovisuais, refeitório devido à ausência de salas disponíveis. Em grande parte as unidades não dispõem de quadras de esporte, assim as atividades são realizadas na sua maioria em espaços inadequados.

As unidades escolares estão subdivididas por porte de acordo com o número de educandos. Desta forma temos em nosso município cinco unidades escolares de grande porte; que são aquelas com mais de novecentos educandos. As dezenove unidades de porte médio são aquelas que possuem de quinhentos a novecentos educandos. E, quinze de pequeno porte, que são as que possuem até quatrocentos e noventa e nove educandos.

O processo de gestão das Unidades escolares da rede municipal de ensino está orientada para uma gestão participativa e democrática, conforme determinação da legislação brasileira, que define como um dos seus princípios a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (Art. 206, inciso VI) da CF.

Contudo, apesar de ser considerado uma conquista sobre a gestão democrática da escola pública, os princípios consagrados na CF (1998) e na LDB (1996), a eleição direta para diretores escolares só foi efetivada no município no ano de 2010, com a



criação do plano de carreira para profissionais do magistério. Embora a eleição direta para diretores escolares foi uma conquista desde 2010, esse processo ainda não foi implementado em todas as escolas que atendem a modalidade de educação infantil. A eleição de diretores escolares pela comunidade escolar, não é o suficiente para garantir a gestão democrática, mas seguramente é importante e necessária.

De acordo com o Estatuto dos Servidores do Magistério Público do Município de Teixeira de Freitas aprovado pela Lei nº 461/2008 de 18/08/2008 “As funções gratificadas de Diretor e de Vice-Diretor, providos por servidores integrantes da carreira do Magistério, bem como os membros do Colegiado Escolar serão eleitos em pleito direto pela comunidade escolar. (Art.70 Parágrafo Único).

No que concerne ao princípio de participação dos conselhos nas decisões da gestão, pode-se afirmar que apenas as escolas do Ensino Fundamental, que possuem inscrição de CNPJ têm Conselho Escolar. Apesar de terem funções bem definidas no Regimento Escolar, os mesmos ainda não são potencialmente atuantes. Na maioria das escolas, as reuniões são esporádicas, resumindo-se em encontros para validação de compras, com o recurso oriundo do Programa Direto da Escola (PDDE).

Outro princípio para o fortalecimento da gestão democrática é o Projeto Político Pedagógico (PPP). Assim, as escolas do EF possuem seu PPP, onde estão definidos seus objetivos, metas e estratégias para realização. Apesar de os objetivos serem bem definidos no PPP, os mesmos ainda não são compartilhados com a comunidade escolar. Dessa forma, mesmo possuindo autonomia para decidir a sua proposta de trabalho, a mesma ainda é realizada, na maioria das escolas, de forma unilateral, envolvendo apenas a equipe escolar.

Outro instrumento de planejamento que contribui para autonomia da escola e define sobre o trabalho pedagógico e a aquisição de materiais pedagógicos é o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola). Com o mesmo, a comunidade escolar, por meio do Comitê Estratégico do PDE Escola, definem as principais



necessidades da escola, bem como quais materiais pedagógicos que serão adquiridos para a realização do plano de trabalho.

Nos aspectos de normas de procedimentos administrativos, as escolas dispõem do Regimento Escolar Unificado. O mesmo passou por um processo de reformulação, onde para tanto contou com a participação do Conselho Municipal de Educação e aprovado pelo referido conselho em reunião extraordinária no dia 17 de novembro de 2011, conforme Resolução nº 008/2011. O mesmo se constitui como um documento que compartilha da gestão da escola, contudo ainda necessita de maior conhecimento por parte da comunidade escolar, de forma a promover a sua efetividade.

Percebe-se que apesar da existência de documentos que orientam para gestão democrática, a participação dos alunos se dá, por meio da representação no Conselho Escolar. Esses fatores demonstram a necessidade de um fortalecimento da gestão participativa nas Unidades Escolares, para que de forma efetiva, contribuam com o planejamento da escola.

O efetivo exercício da cidadania deve se fundamentar na autonomia e participação, o que requer insistência, persistência e conscientização dos cidadãos.

2.7 RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

Os recursos da Educação, especificamente sobre os investimentos públicos na educação foi norteado por alguns questionamentos. As discussões foram fundamentadas e documentadas, análise de gráficos e em apresentação de técnico do setor financeiro da Secretaria Municipal de Educação. Foram buscadas informações no setor financeiro da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Educação, e também o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

2.7.1 Investimento Público em Educação



No tocante ao investimento público em educação do município de Teixeira de Freitas, conclui-se que a sociedade civil, responsável pelo controle social, não participa efetivamente desde o processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA), do acompanhamento e da execução das políticas públicas até a avaliação dos seus resultados, embora, mesmo com algumas deficiências na forma de divulgação, já haja por parte da gestão municipal, ações que possibilitem o acesso e conhecimento ao público. Como podemos observar na tabela 29.

Tabela 27. Recursos da educação no PPA 2014/2017

ANOS	Previsto Em R\$	Programa\projetos\atividades educacionais.	Total Utilizado
2014	55.934.275,18	PROINFO- PROJOVEM- PRONACAMPO-M.EDUCAÇÃO Educação Integral -Transporte Escolar e outros	55.934.275,18
2015	69.508.744,42	PROINFO- PROJOVEM- PRONACAMPO- M.EDUCAÇÃO Educação Integral -Transporte Escolar e outros	
2016	63.410.097,67	PROINFO- PROJOVEM- PRONACAMPO- M.EDUCAÇÃO Educação Integral -Transporte Escolar e outros	
2017	72.200.372,58	PROINFO- PROJOVEM- PRONACAMPO- M.EDUCAÇÃO Educação Integral -Transporte Escolar e outros	

Fonte: Prefeitura Municipal Secretaria de Planejamento – PPA

A tabela 29 nos apresenta uma previsão de investimentos em alguns setores da educação na rede municipal que variam desde formação profissional até o transporte escolar, se observamos, iremos perceber que a previsão de investimento para 4 anos seguem um constante aumento, que chega a 16.266.094,40 reais entre 2014 até 2017.

O município busca apresentar com grande transparência os investimentos em educação, em que podemos verificar se os 25 % do recursos próprios para a educação do município tem sido investido como determina a lei. Na tabela abaixo podemos observar os investimentos nos últimos quatro anos e diagnosticar que no ano de 2010 a aplicação deste foi acima do estipulado em lei, no entanto nos anos de 2011 e 2012 o município não cumpriu o percentual ficando quase 10% abaixo de estipulado, em 2013 foi o contrário sendo aplicado 34,59 % sendo repassado quase 10% acima dos 25%.

Tabela 30. Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2010/2013 (Em R\$ e %)

Dos recursos	Da aplicação
--------------	--------------



ANO	Receita de imposto e transferências	25% da receita de impostos e transferências	Total aplicado em educação	% aplicado
2010	110.769.067,50	27.692.266,80	32.388.875,30	29,24%
2011	134.109.040,30	33.527.260,00	26.821.808,00	20,76%
2012	145.380.921,00	36.345.230,30	23.726.166,30	16,32%
2013	220.345.606,00	55.056.306,00	76.217.545,10	34,59%

Fonte: Site: Tribunal de Contas dos Municípios.

Em relação à Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, que trata e regula o acesso às informações, os gestores escolares, em sua maioria ainda não conhecem a lei, entretanto nunca tenham precisado recorrê-la.

A Secretaria Municipal de Educação, sobretudo o setor financeiro conhece os procedimentos e as responsabilidades pela realização de despesas, aquisição de materiais, de transferências vinculados à Educação e os aplicam conforme orienta a lei. A Secretaria Municipal de Educação entende que ainda não consegue atender todas as demandas da rede pública municipal de ensino, mas prioriza os atendimentos no funcionamento tanto da merenda como do transporte escolar. Veja a tabela 31 .

Tabela 31. Outras receitas com o setor educacional de Teixeira de Freitas-Ba, administradas pela Prefeitura. 2010/2013

Ano	Alimentação escolar	Transporte Escolar	Convênios	Outras Receitas	Total
2010	2.789.244,31	193.312,24	0,00	3.253.151,16	6.235.707,71
2011	1.378.680,00	114.168,60	629.996,11	3.186.220,00	5.309.064,71
2012	1.547.964,00	70.452,79	0,00	3.813.505,46	5.431.922,25
2013	1.618.928,00	60.845,59	2.000.000,00	4.801.480,45	8.481.254,04

Fonte: Secretaria Municipal da Educação/ Secretaria da Administração/ Prefeitura Municipal e SIOP.

Analisando a tabela 29, pode-se observar que em quatro anos o município recebeu repasses na quantia de 438.779,22 reais para o transporte escolar, sendo que por mês o custo do transporte escolar é de em média 330.000,00 reais, com a merenda não é diferente em 2013 tivemos o repasse de 1.618.928,00 reais só o município repassa em média por ano 2.556.000,00 reais para alimentação escolar.

Por parte da Secretaria Municipal de Educação, há o entendimento de que o financiamento da educação e investimento deve atender o que preconiza a



legislação para o enfrentamento de problemas como acesso, permanência e aprendizagem com sucesso escolar buscando implementar as medidas necessárias para atender à rede de forma mais eficiente. Em sua maioria, a equipe da Secretaria Municipal da Educação tem conhecimento superficial do orçamento público mas destaca-se que o acesso é livre e detalhado entre custeio e capital.

Tabela 32. Despesas com educação do município de Teixeira de Freitas-Ba por categoria e elemento de despesa. 2010/2013

Ano	Despesas correntes			Despesas de capital			Total
	Pessoal	Mat. Consumo	Sub-total	Obra e Instalações	Equipe.	Sub-total	
2010	33.226.110,90	3.469.515,50	36.695.632,40	1.832.900,30	819.383,12	2.652.283,42	39.347.915,82
2011	36.903.017,76	2.743.807,58	39.646.825,34	856.218,23	499.329,40	1.355.547,63	41.002.372,97
2012	41.050.723,68	3.976.179,22	45.026.902,90	1.167.782,58	319.680,11	1.487.462,69	46.514.365,59
2013	50.520.731,85	6.914.635,19	57.435.367,04	194.783,64	494.388,82	689.172,46	58.124.539,50

Fonte: Secretaria Municipal da Educação/ Secretaria da Administração/ Prefeitura Municipal

A partir dos dados apresentados na tabela 32, observa-se que as despesas com pessoal ultrapassam 90% das despesas correntes ficando menos de 10% para material de consumo. Foi diagnosticado também que em 2013 o valor investido em equipamentos superou o investimento em obras e instalação em quase 300.000,00 reais das despesas correntes.

De um modo geral, o município busca o fortalecimento dos mecanismos e os instrumentos que asseguram o acesso em tempo real às informações, através de audiências públicas, do Portal da Transparência e de capacitação de membros dos Conselhos de controle social, ressaltando a importância de viabilizar as informações de forma mais regular, visando atender os termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Observe a tabela 33 para compreendermos como tem ocorrido o investimento nas modalidades de ensino no município de Teixeira de Freitas-Ba

Tabela 33. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal, por nível ou modalidade de ensino 2008/2011.

Ano	Ed. Infantil	Fundamental Ensino	Ensino Médio	EJA	Outros	Total
2009	419.397,64	9.194.431,41	-----	10.800,00	-----	9.624.629,05
2011	1.088.733,20	2.194.968,34	-----	1.307.684,00	-----	4.591.385,54



2012	-----	-----	-----	-----	-----	-----
2013	813.626,85	10.721.586,02	-----	6.000.000,00	-----	17.535.212,87

Fonte: Secretaria Municipal da Educação/ Secretaria da Administração/ Prefeitura Municipal e SIOF

Na tabela 33 é possível observar que o investimento em Educação Infantil no ano de 2013 caiu 275.106,35 reais em relação a 2011 sendo que no Ensino Fundamental o investimento teve um aumento de mais de 8.000.000,00 de reais e a EJA mais de 4.000.000,00 de reais no mesmo período.

Em uma análise do FUNDEB vamos observar o quanto está sendo gasto com pagamento de professores e o quanto está sendo investido na manutenção do desenvolvimento da educação. Veja a tabela 34 para analisarmos esses investimentos.

Tabela 34. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município de Teixeira de Freitas-Ba em 2010/2013

Ano	Total recebido	Aplicação			Gastos com MDE em %
		Salário dos professores	Salário dos professores em %	Gastos com MDE	
2010	31.356.186,37	21.381.783,48	68,19 %	9.974.402,89	31,81 %
2011	39.284537,37	24.623.548,02	62,68 %	14.660.989,35	37,32 %
2012	42.689.082,79	27.333.819,71	64,03 %	15.355.263,26	35,37 %
2013	56.664.688,57	35.239.769,82	62,19 %	23.389.458,00	37,81 %

Fonte: Secretaria da Administração e ou Fazenda do Município.

Como foi possível observar na tabela 32 que apresentou os números do FUNDEB entre os anos de 2010 a 2013 o investimento com pagamento de professores ultrapassou todos os anos o mínimo de 60% do FUNDEB.



3 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME

3.1 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do município;

VIII - cumprimento da meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental.

META 1

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

1.1) Definir, em regime de colaboração entre a União e o Estado, metas de expansão da rede pública de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades da comunidade local;



1.2) Realizar, periodicamente, em parceria com órgãos públicos, incluindo os setores de assistência social, saúde e proteção à infância, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.3) Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa municipal de construção e reestruturação dos prédios, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física das instituições públicas de educação infantil;

1.4) Assegurar a aquisição de recursos e materiais específicos, tais como, mobiliário, brinquedos, livros de literatura infantil, dentre outros que atendam aos parâmetros de qualidade;

1.5) Assegurar a formação inicial e continuada de todos (as) profissionais da educação infantil, inclusive as auxiliares de turmas de creche, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.6) Promover e ampliar, em regime de colaboração e parceria com as instituições de Ensino Superior, a formação dos professores, coordenadores pedagógicos e gestores das instituições de Educação Infantil da rede pública municipal em cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu);

1.7) Assegurar o atendimento das populações do campo e das comunidades quilombolas na Educação Infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;

1.8) Promover a formação continuada dos professores que atuam em turmas de Educação Infantil no campo com base num currículo que atenda as especificidades das crianças do campo;

1.9) Priorizar o acesso à Educação Infantil e garantir a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar às crianças com



necessidades educacionais especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

1.10) Assegurar a formação de professores de Educação Infantil em educação especial em parceria com as instituições de Ensino Superior;

1.11) Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

1.12) Assegurar as especificidades da Educação Infantil na organização da rede escolar pública e privada, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade;

1.13) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.14) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.15) Estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

1.16) Assegurar no quadro de profissionais das instituições de Educação Infantil as funções de auxiliar administrativo e agente de portaria.



1.17) Promover diálogo articulado pelo CME entre instituições de Educação Infantil das redes pública e particular para ampliar estratégias para a melhoria da qualidade do atendimento às crianças de 0 a 5 anos;

1.18) Garantir fiscalização e unificação das normas estabelecidas nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil nas Instituições públicas e privadas;

META 2:

Universalizar o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos para toda a população de 6(seis) a 14(quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam esta etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

2.1) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos estudantes da rede pública, pactuando com os demais setores que oferecem os serviços de assistência sócio educacional e as famílias, priorizando os educandos que se encontram em situação de risco social e violação de direitos.

2.2) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola em parcerias com os órgãos públicos de assistência social, saúde e de proteção à infância, adolescência e juventude;

2.3) Criar novos mecanismos para acompanhamento individualizado dos estudantes do Ensino Fundamental com dificuldades de aprendizagem da rede pública de educação e fortalecer os já existentes;

2.4) Estimular a oferta e a qualidade da educação, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, para as populações do campo e quilombolas nas próprias comunidades;



2.5) Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades quilombolas;

2.6) Garantir a eficiência, qualidade e segurança do traslado dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental residentes no campo e comunidades quilombolas que necessitam frequentar as escolas na zona urbana e rural;

2.7) Garantir a qualidade estrutural das escolas situadas na zona rural, conforme padrões de qualidade do MEC, visando melhores condições para o processo de ensino e aprendizagem;

2.8) Promover a relação das escolas da rede municipal com instituições e movimentos culturais a fim de garantir a oferta regular de atividades para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polo de criação e difusão cultural;

2.9) Ampliar o atendimento dos estudantes nas instituições de promoção de cultura já existentes no município;

2.10) Estabelecer parcerias com instituições culturais para atendimento dos estudantes nas próprias unidades de ensino: companhias de teatro, dança, música, dentre outras;

2.11) Estabelecer parcerias com artistas regionais para estimular a formação e produção cultural, bem como garantir o reconhecimento, permanência e difusão da cultura local e regional;

2.12) Proporcionar visitas dos estudantes aos espaços histórico-culturais do município e/ou região;

2.13) Emitir esforços na perspectiva de construir uma sede para Biblioteca Pública Municipal, numa ação Inter setorial entre as secretarias do municípios e/ou com o



Estado e a União de forma a oportunizar as populações de 6 a 14 anos o acesso a esta biblioteca enquanto instrumento de fortalecimento da aprendizagem;

2.14) Ampliar e melhorar os recursos (materiais e humanos) e acervos disponíveis nas Bibliotecas das Unidades escolares da rede pública e fortalecer as práticas desenvolvidas nas mesmas;

2.15) Construir em regime de colaboração entre os entes federados um Centro Cultural Municipal/Teatro;

2.16) Ampliar a oferta de atividades extracurriculares de incentivo aos educandos da rede municipal e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais e municipais;

2.17) Criar torneios esportivos envolvendo as modalidades do Ensino Fundamental da rede municipal integrando a rede estadual de ensino;

2.18) Garantir a elaboração de proposta curricular para o Ensino Fundamental de Nove Anos na rede municipal de ensino, observando as diretrizes curriculares nacionais e as especificidades locais;

2.19) Criar torneios e gincanas culturais que valorizem o conhecimento construído ao longo das experiências na vida e escola, considerando os diferentes níveis que compõe o Ensino Fundamental das escolas da rede do município;

2.20) Avaliar bienalmente a Proposta Curricular Municipal do Ensino Fundamental, no intuito de atualizar estes instrumentos na perspectiva de elevar a qualidade da educação pública municipal;

2.21) Disponibilizar recursos materiais e humanos de forma a assegurar a qualidade educacional a todos os educando da rede pública municipal de ensino;



2.22) Avaliar a qualidade do ensino das escolas da rede pública municipal por meio de instrumentos que possibilitem diagnosticar as dificuldades e definir estratégias para superá-las;

2.23) Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.24) Garantir a implementação das lei 11.645/08 que institui o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena e da lei 9.795/99 que institui a política nacional de educação ambiental;

META 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

ESTRATÉGIAS

3.1) Apoiar, em regime de colaboração, os programas e políticas relacionadas ao Ensino Médio;

3.2) Promover e ampliar em parceria com o Estado atividades que garantam a criação de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como o desenvolvimento da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.3) Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do/a aluno/a com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.4) Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à



Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades quilombolas e das pessoas com deficiência;

3.5) Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários/as de programas de transferência de renda, no Ensino Médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

3.6) Estabelecer parcerias e promover ações intersetoriais entre as secretarias do município com programas efetivos de auxílio aos jovens em situação de vulnerabilidade social;

3.7) Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e de proteção à adolescência e à juventude;

3.8) Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem idade-série;

3.9) Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno apontando demandas com a rede estadual de ensino para promover e ampliar a oferta do Ensino Médio de acordo com as necessidades do município, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos/as alunos/as;

3.10) Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Médio para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;



3.11) Implementar em regime de colaboração e em parcerias com as secretarias da administração municipal, políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação.

3.12) Estimular a participação dos e das adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;

3.13) Ampliar, em parceria com o Estado, a participação dos estudantes nos projetos estruturantes adequando-os às áreas de conhecimentos equivalentes, garantindo aos educandos o acesso à linguagem, códigos e suas tecnologias, ciências exatas naturais, humanas e suas tecnologias;

3.14) Fomentar a participação dos educandos do município no ENEM , contribuindo com a divulgação e motivação de nossos estudantes para a realização do Exame Nacional de Ensino Médio;

3. 15) Garantir o direito ao transporte escolar público de qualidade na zona rural;

META 4

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIAS:

4.1) Implantar e ampliar o número das salas de recursos multifuncionais e garantir a formação continuada de profissionais da educação para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo e de comunidades quilombolas;



4.2) Garantir a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar a todos os/as alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica municipal, conforme necessidade identificada por meio de diagnóstico, ouvidos a família e alunos;

4.3) Garantir, a partir do terceiro ano de vigência deste plano, em parceria com os entes federados, a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica municipal com os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.4) Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas escolas públicas para garantir o acesso e a permanência na escola dos/as alunos/as com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva;

4.5) Promover a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda Língua, aos alunos surdos e deficientes auditivos de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 e dos arts. 24 e 30 da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura, orientação e mobilidade, escrita cursiva, soroban para cegos e técnicas específicas para surdo-cegos;

4.6) Garantir a oferta da Educação Inclusiva, promovendo a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;



4.7) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar, dos/as alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários/as de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas no estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.8) Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva com vistas na promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade, dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.9) Estimular a continuidade da escolarização dos (as) alunos (as) com deficiência na educação de jovens e adultos, de forma a assegurar a educação ao longo da vida, observadas suas necessidades e especificidades;

4.10) Ampliar as equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, de profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos e professores bilíngues;

4.11) Construir um espaço físico adequado para as instalações de Centro de Referência em Educação Inclusiva;

4.12) Realizar, no primeiro ano de vigência deste plano, um mapeamento dos alunos, público alvo da Educação Especial, identificando os tipos de deficiências, através de uma articulação Inter setorial entre as secretarias de saúde e assistência social;



- 4.13) Acompanhar e monitorar, no censo escolar, as matrículas dos alunos, público alvo da Educação Especial;
- 4.14) Firmar parcerias entre os entes federados, para garantir a formação continuada de professores em (AEE) Atendimento Educacional Especializado para melhor atender as demandas da rede educacional do município;
- 4.15) Elaborar uma proposta curricular na perspectiva da educação inclusiva; elaborar e implementar na Proposta Pedagógica Curricular da rede e das unidades escolares a Política de Educação Especial;
- 4.16) Assegurar nas escolas com estudantes com deficiência a atuação dos profissionais de apoio: cuidadores, tradutores e intérpretes de LIBRAS;
- 4.17) Assegurar os serviços de AEE no Centro de Referência em Educação Inclusiva e salas de recursos multifuncionais;
- 4.18) Garantir a permanência e a atuação do Núcleo de Apoio a Educação Inclusiva;
- 4.19) Assegurar o atendimento aos alunos com transtornos funcionais específicos de aprendizagem como: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade entre outros;
- 4.20) Garantir momentos de diálogo, acompanhamento e orientação da família e do professor de forma a promover a articulação entre os profissionais do ensino regular e o especializado por meio das salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;
- 4.21) Garantir a formação continuada para professores da educação básica da rede municipal em Educação Especial;
- 4.22) Promover, a cada dois anos, realização de congressos, seminários, simpósio sobre educação inclusiva;



4.23) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

4.24) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

META 5

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

ESTRATÉGIAS:

5.1) Assegurar a alfabetização de crianças do campo, remanescentes quilombolas, e itinerante, com materiais didáticos específicos;

5.2) Garantir uma proposta curricular e desenvolver instrumentos de acompanhamento específicos para atender a alfabetização de crianças do campo e remanescentes quilombolas;

5.3) Assegurar cursos de formação continuada e valorização para os profissionais de educação com foco na alfabetização de crianças com deficiência;

5.4) Assegurar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;



5.5) Reestruturar as escolas da rede municipal, por modalidade, a fim de adequar os espaços escolares na perspectiva de um ambiente alfabetizador (mobiliário, cantinhos diversificados de aprendizagem) até o quinto ano de vigência deste plano;

5.6) Apoiar e aplicar os instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental;

5.7) Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, procurando estabelecer parcerias para a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

META 6

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos/as alunos/as da educação básica até o final do decênio.

6.1) Ampliar, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos/as alunos/as na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo;

6.2) Manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, de forma efetiva, através de instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de



recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.3) Fortalecer, em regime de colaboração, os programas do governo federal que estimulam a jornada escolar ampliada;

6.4) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos, e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

6.5) Atender às escolas do campo, na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

6.6) Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola com profissionais especializados, assegurando também auxiliares capacitados e/ ou em instituições especializadas;

6.7) Garantir que o projeto de educação integral da rede municipal seja instituído como política de Estado;

6.8) Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para o atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.9) Elaborar e implementar o currículo para atender as especificidades de saberes e tempo, na oferta de educação em tempo integral;

6.10) atender às escolas de comunidades camponesas e remanescentes quilombolas na oferta de educação em tempo integral, considerando-se as peculiaridades locais.



META 7

Promover a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:

	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4.5	4.8	5.1	5.4	6.0
Anos Finais do Ensino Fundamental	3.9	4.3	4.6	4.8	6.0

ESTRATÉGIAS:

7.1) Promover ações para que os/as alunos/as do ensino fundamental e do ensino médio alcancem o nível desejado de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo;

7.2) Constituir um conjunto municipal de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.3) Fomentar processo anual de avaliação das escolas públicas da rede municipal, por meio da constituição de instrumentos que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de propostas de intervenção, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos/as profissionais da educação e o fortalecimento da gestão democrática;

7.4) Reelaborar, executar, monitorar, de forma democrática, o Plano de Ações Articuladas (PAR) tendo como critério as reais necessidades da rede, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolar, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;



7.5) Divulgar e acompanhar bianalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da Educação Básica e do Ideb, relativos às escolas públicas de Educação Básica, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos/as alunos/as, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;

7.6) Compreender e divulgar o apoio técnico e financeiro do MEC e do Estado a fixação de metas intermediárias nos termos e nas condições estabelecidas conforme colaboração entre os entes federados fortalecendo as escolas públicas com IDEB abaixo da média ou com baixa proficiência;

7.7) Elaborar, desenvolver e acompanhar indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial ofertado nas escolas públicas municipais;

7.8) Promover, orientar e fortalecer as políticas públicas e políticas educacionais da rede e sistema de ensino municipal, de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices, garantindo equidade da aprendizagem;

7.9) Melhorar o desempenho dos/as alunos/as da educação básica municipal nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA, tomando como instrumento externo de referência;

7.10) Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.11) Garantir transporte gratuito com a presença de monitores, para todos estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória,



mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, garantindo a sua permanência no campo, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio em deslocamento a partir da situação local até o último ano de vigência do PME;

7.12) Universalizar, em parceria com a união, até o último ano de vigência do PME para as escolas da rede pública de educação municipal, o acesso a rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade;

7.13) Fortalecer técnica e financeiramente a gestão escolar, promovendo a transferência direta de recursos financeiros às escolas pertencentes a rede municipal de ensino, para manutenção e desenvolvimento do ensino, a partir do 3º ano de vigência do plano, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação do recurso, visando à ampliação da transparência e o efetivo exercício da gestão democrática;

7.14) Criar programas e ações para atendimento a alunos, em todas as etapas da Educação Básica da rede municipal e Educação de Jovens e Adultos que não apresentarem bom desempenho na aprendizagem;

7.15) Assegurar até o quinto ano de vigência do PME que todas as escolas públicas da rede municipal de ensino possua água tratada e saneamento básico, energia elétrica, acessibilidade à pessoa com deficiência, acesso a bibliotecas, acesso a espaços para prática de esportes e acesso a bens culturais e à arte e a equipamentos e laboratórios de ciências;

7.16) Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da rede municipal de ensino, criando inclusive mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;



7.17) Promover encontros de formação continuada para os profissionais de educação da rede municipal, a fim de elaborar e estabelecer diretrizes pedagógicas para a educação pública municipal e parâmetros curriculares municipais comuns, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos/as alunos/as para cada ano da Educação Básica, respeitada a diversidade regional e local;

7.18) O município, em regime de colaboração com os entes federados, estabelecerá, parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas públicas municipais, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

7.19) Firmar parceria ou criar programas para informatizar a gestão das escolas públicas municipais e da secretaria municipal de educação, bem como aderir e promover programa de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretaria de educação e das unidades de ensino para uso dos sistemas de gestão;

7.20) Desenvolver, numa ação intersetorial entre as secretarias do governo municipal, projetos e políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas que promovam a construção de cultura de paz e ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.21) Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando-se os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente de que trata a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

7.22) Garantir os conteúdos da história e da cultura afro-brasileiras e indígenas, no currículo e ações educacionais, nos termos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações



colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e com a sociedade civil;

7.23) Fortalecer a educação escolar no campo, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, considerando as práticas socioculturais;

7.24) Elaborar e implementar uma Proposta Curricular específica para educação do campo considerando as suas necessidades e especificidades;

7.25) Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.26) Promover, ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos/das profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.27) Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.28) Criar, em articulação com o Estado e Instituições de Educação Superior, programa municipal de formação de professores e de alunos para promover e consolidar práticas de preservação da memória nacional e municipal;

7.29) Implementar Educação Nutricional, garantindo formação aos profissionais das instituições escolares e estruturas adequadas;



META 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar no mínimo 12 (doze) anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

ESTRATÉGIAS

8.1) Implementar políticas públicas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associada a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.2) Garantir e incentivar o acesso à escolarização de qualidade social e, somente em último caso, a exames gratuitos de certificação da conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio;

8.3) Promover busca ativa de jovens fora da escola, bem como a sua permanência para continuidade da formação, através de expressiva divulgação das vagas, em parceria com as áreas de assistência social, saúde, esporte, cultura e proteção à juventude;

8.4) Promover, em parceria intersetoriais com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento de acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de ausência e baixa frequência;

8.5) Garantir a elevação da escolaridade das populações camponesas no território do campo.



8.6) Ampliar o programa de transporte escolar para atendimento aos segmentos populacionais considerados;

8.7) Implementar, em colaboração com o Estado e a União, programas de formação continuada para profissionais que atuam na educação de Jovens e Adultos;

8.8) Elaborar uma política intersetorial de atenção e acolhimento às crianças de 0 a 8 anos, das mães e/ou responsáveis, educandas/educandos que estudam na EJA, no horário escolar, destes, e implementá-la;

8.9) Garantir a educação especial inclusiva na modalidade EJA, bem como o atendimento educacional especializado complementar e suplementar, ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola;

8.10) Promover, a partir da vigência deste plano, a revisão e/ou adequação do currículo formativo para EJA, envolvendo o poder público e a comunidade escolar, adequando à organização do tempo e do espaço pedagógico às características desses estudantes; bem como estratégias pedagógicas adequadas às faixas etárias da EJA;

META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 91,0% (noventa e um) até 2018 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS

9.1) Assegurar, em regime de colaboração com a União e o Estado, a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria nos turnos diurno e noturno;

9.2) Realizar censo municipal, dos jovens, e adultos e idosos analfabetos, e



aqueles com Ensino Fundamental e Médio incompletos, a fim de identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos;

9.3) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4) Garantir chamadas públicas, no início de cada semestre, para educação de jovens e adultos, e realizar mobilizações regulares, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil, com vistas ao convencimento dos educandos da EJA para o processo de alfabetização e continuidade da escolarização;

9.5) Executar ações intersetoriais de atendimento ao/à estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;

9.6) Promover a alfabetização das populações camponesas no território do campo;

9.7) Assegurar a oferta de Educação de Jovens e Adultos, em articulação com a Secretaria Estadual de Educação, nas etapas de Ensino Fundamental e Médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

9.8) Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos.

9.9) Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades específicas dos idosos;

META 10



Oferecer, em sistema de colaboração entre a União, Estado e o Município, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, na forma integrada à Educação Profissional, no Ensino Fundamental e Médio.

10.1) Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses/as alunos/as;

10.2) Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes, do campo, e das comunidades remanescentes de quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;

10.3) Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à Educação Profissional;

10.4) Estimular a diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação para a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relação entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;

10.5) Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional;

10.6) Assegurar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à Educação de Jovens e Adultos, em regime de colaboração e com apoio das entidades privadas de formação



profissionais vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.7) Buscar, em regime de colaboração, junto aos governos federal e estadual, a adesão de programas nacionais de educação de jovens e adultos integrado à educação profissional, de modo que atenda as especificidades locais, observando as responsabilidades do município no exercício das contrapartidas;

10.8) Incentivar a oferta gratuita de educação profissional técnica, em parceria com as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados.

META 11

Ampliar, em regime de colaboração, as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Pós - Médio, assegurando a qualidade da oferta e que pelo menos 30% dessa ampliação seja no segmento público.

ESTRATÉGIAS:

11.1) Apoiar a expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio na rede Federal e Estadual de Educação Profissional, científica e tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da Educação Profissional;

11.2) Apoiar a expansão da oferta de Educação Profissional técnica de nível médio na modalidade de educação à distância nas redes Federais e Estaduais, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita;

11.3) Estimular e apoiar a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações



próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.4) Apoiar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em nível técnico;

11.5) Apoiar a oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

11.6) Publicitar as fontes de financiamento estudantil à Educação Profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior;

11.7) Acompanhar os resultados do sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas;

11.8) Incentivar, junto a rede estadual de ensino, o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades destacando os cursos de técnicos agrícolas;

11.9) Garantir, a elevação gradual, dos investimentos em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

11.10) Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

META 12



Contribuir, em regime de colaboração, para elevação da matrícula no Ensino Superior garantindo, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos tenha acesso à Educação Superior.

ESTRATÉGIAS:

12.1) Contribuir com a ampliação da oferta de vagas, por meio de parcerias com rede federal de Educação Superior, com as Universidades Estaduais do nosso município, com Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e em caso de cursos não disponibilizados pelas ofertas presenciais, com o Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência;

12.2) Apoiar as políticas de inclusão e de assistência estudantil como o passe livre que são dirigidas aos estudantes de instituições públicas e bolsistas de instituições privadas de educação superior, de modo a reduzir as desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes, indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.3) Ampliar e apoiar a oferta de estágio como parte da formação na Educação Superior;

12.4) Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, diversas áreas do conhecimento humano, considerando as necessidades do desenvolvimento do Município, para melhoria da qualidade da Educação Básica;

12.5) Desenvolver parcerias com as instituições para estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na Educação Superior pública.



12.7) Realizar o levantamento das reais necessidades de transporte e moradia utilizados pelos estudantes de nível superior e técnico oferecendo apoio, conforme critérios estabelecidos pela SME, no que diz respeito a assegurar o transporte para prosseguimento dos estudos e/ou moradia do município sede da instituição;

12.8) Criar residência universitária na própria sede do município para apoiar os estudantes que residem fora da sede;

12.9) Ampliar e divulgar, em parceria com as universidades, a oferta dos cursos pré-vestibulares;

12.10) Criar uma comissão permanente de estágio supervisionado que tenha representantes das instituições de ensino superior da rede Federal, Estadual, Privada e instituições onde se desenvolvem os estágios como: escolas, hospitais, justiça, empresas e entre outras;

12.11) Apoiar e valorizar o estágio dos cursos de licenciatura, visando a trabalho sistemático de conexão entre a formação acadêmica dos/as graduandos/as e as demandas da educação básica;

META 13

Contribuir, em regime de colaboração, para a ampliação na proporção de mestre e doutores do corpo docente, em efetivo exercício, no conjunto do Sistema Municipal de Educação, para que ao final da década desse PME, pelo menos 40% do corpo docente tenha mestrado e no mínimo 10% doutorado, buscando ampliar também a proporção de mestres e doutores para os demais municípios.

ESTRATÉGIAS:

13.1) Fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas em potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade Territorial às atividades de ensino, pesquisa e extensão;



13.2) Fomentar a melhoria da qualidade dos cursos de licenciatura integrando-os às demandas e necessidades da educação básica do município, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros educandos;

13.3) Fomentar a qualidade da Educação Superior apoiando a ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação municipal;

13.4) Assegurar no Plano de Carreira a liberação do profissional, quando do corpo docente municipal em efetivo exercício, para curso stricto sensu sem perdas salariais;

META 14

Fomentar e apoiar a implantação de cursos de nível de pós-graduação lato e stricto sensu com as instituições de Ensino Superior existentes no município, possibilitando a ampliação do número de mestres e doutores no município, contribuindo para a superação da meta 14 do PNE.

ESTRATÉGIAS:

14.1) Apoiar implantação e expansão da oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu;

14.2) Apoiar a implantação de ações para redução de desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo, indígenas e remanescentes quilombolas a programas de pós-graduação;

14.4) Fomentar a criação e ampliação da oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, nos novos campi abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas;



META 15

Garantir, em regime de colaboração com a União e Estado, política de formação dos profissionais da educação, assegurado que todos os professores e as professoras da Educação Básica da rede municipal de ensino, até o final da década do PME, possua formação específica de Nível Superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS:

15.1) Realizar diagnóstico das necessidades de formação inicial e continuada, de profissionais da educação e firmar parcerias com IES públicas para atendimento da demanda e definir obrigações recíprocas entre os partícipes;

15.2) Implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e para a Educação Especial;

15.3) Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério até o final da vigência deste PME;

15.4) Difundir e estimular a utilização de portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

15.5) Divulgar e incentivar os profissionais da rede municipal de ensino a solicitar, em plataforma eletrônica, matrículas em cursos de formação inicial, bem como divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;

META 16

Estimular a formação, em nível de pós-graduação, para 80% (oitenta por cento) dos professores da Educação Básica, em regime de colaboração, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da Educação



Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS:

16.1) Implantar, no prazo de 1 (um) ano de vigência desta Lei, política municipal de formação continuada para os profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados.

16.2) Instituir programa municipal de acompanhamento do professor (a) iniciante, supervisionado por profissionais com experiência de ensino, afim de fundamentar, com base em avaliação documentada a decisão pela efetivação do professor (a) ao final do estágio probatório.

16.3) Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de Educação Superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação da União, do Estado e do Município;

16.4) Criar uma política municipal de formação de professores e professoras da Educação Básica, definindo diretrizes, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;

16.5) Fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas municipais de Educação Básica, por meio de sistema de colaboração entre a União e o Estado;

16.6) Implantar políticas específicas para formação de profissionais da educação do campo, educação étnico-racial, educação ambiental, educação especial, no sentido de atender a todos sem quaisquer tipo de discriminação.

META 17



Valorizar os/as profissionais do magistério da rede pública municipal da educação básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos/as demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final da vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

17.1) Constituir, por iniciativa da SME, até o final do primeiro ano de vigência deste PME, fórum permanente, com representação do Ministério Público, Poderes Legislativo e Executivo e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica;

17.2) Constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;)

17.3) Garantir implementação de políticas de valorização dos/as profissionais do magistério, que busquem a equiparação salarial com outros profissionais que possuem o mesmo nível de formação .

17.4) Buscar ampliação da assistência financeira específica pela União, para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, considerando o piso salarial nacional profissional e garantir o cumprimento da tabela salarial instituída no plano de carreira;

META 18

Assegurar, no prazo de 1 ano após aprovação desse PME a revisão do plano de carreira e estatuto do magistério, tendo como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal .



ESTRATÉGIAS:

18.1) Revisar, o plano de Carreira para os/as profissionais do magistério e o estatuto do magistério da rede pública municipal de educação básica, e garantir a inclusão dos demais profissionais não docentes observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 e a Lei 7415 de 30 de dezembro de 2010, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

18.2) Estruturar a rede pública municipal de educação básica, de modo que pelo menos 90% (noventa por cento) dos/as respectivos/as profissionais do magistério sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício na rede escolar a que se encontram vinculados;

18.3) Garantir, no plano de Carreira dos/as profissionais da educação do Município, licenças remuneradas para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu;

18.4) Realizar, no prazo de 2 (dois) anos de vigência desta Lei, em regime de colaboração, o censo dos/as profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;

18.5) Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

18.6) Estimular e garantir a existência de comissões permanentes de profissionais da educação de todo o sistema municipal de ensino, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação do plano de Carreira.

META 19

Assegurar condições no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência do plano, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e a consulta a comunidade escolar, no âmbito das escolas



públicas, prevendo recursos e apoio técnico tanto da União quanto do estado e município para tanto.

ESTRATÉGIAS

19.1) Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira das escolas fortalecendo os conselhos escolares;

19.2) Priorizar o fortalecimento do CME e da Câmara do FUNDEB, CAE e Conselhos Escolares, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.3) Estimular a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e de associações de pais e mestres, assegurando-se inclusive de espaço adequado e condições de funcionamento escolar;

19.4) Garantir e ampliar a gestão democrática da educação através da eleição para gestores escolares, baseado em critérios técnicos e estabelecer critérios específicos para o provimento dos cargos de diretores escolar e em legislação específica.

19.5) Monitorar periodicamente o plano de ação dos gestores da rede pública municipal, através do Conselho Municipal de Educação, Conselho Escolar e pela Comissão Permanente de Avaliação apresentado no processo eleitoral à comunidade escolar.

19.11) Assegurar a formação dos gestores escolares nas áreas pedagógica, administrativa, jurídica, financeira e gestão de pessoas.

19.12) Promover parcerias com associações, ONG'S e outras secretarias do município que atuem nas áreas da educação especial , esportes e reforço escolar.



19.13) Estabelecer o funcionamento em rede entre Conselho Tutelar, Secretaria de Justiça, Ministério Público, Polícia Civil, Militar e Guarda Municipal para o acompanhamento das ações relacionadas a educação, através do monitoramento e visitas periódicas as unidades escolares.

19.14) Criar mecanismo de valorização e reconhecimento de boas práticas de gestão na rede pública municipal de ensino.

19.15) Instituir e assegurar um Comitê Gestor permanente de Educação, com intuito de, acompanhar a execução deste PME e avalia-lo junto com a Comissão Permanente de Avaliação e Monitoramento de PME;

META 20

Assegurar, até o terceiro ano de vigência desse PME, a gestão plena dos recursos financeiros da educação, na perspectiva da promoção da autonomia da secretaria municipal de educação e ampliar progressivamente o investimento em educação pública, garantindo o patamar mínimo de 25% (Vinte e cinco por cento) da arrecadação municipal conforme a legislação, efetivando aplicação coerente e legal dos recursos da educação.

ESTRATÉGIAS

20.1) Fortalecer fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para os níveis, etapas e modalidades da educação básica de responsabilidade do município, observando-se as políticas de colaboração entre a União, Estado e o município em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas em atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

20.2) Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação dos recursos municipais destinados a educação, além das verbas repassadas pelo Estado e União;



20.3) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação - MEC, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;

20.4) Utilizar o Custo Aluno Qualidade – CAQ como parâmetro para aplicação do investimento na educação de todas etapas e modalidades da educação básica atendidas pelo município, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

20.5) Garantir e destinar, na forma da lei, 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos da arrecadação municipal para a educação do município;

20.6) Promover de forma gradativa a gestão dos recursos financeiros da educação visando a autonomia da Secretaria Municipal da Educação;

20.7) Assegurar a busca de outras fontes de financiamentos para a educação do município durante a vigência do PME;

20.8) Fortalecer os mecanismos e instrumentos que promovam a transparência e o controle social dos recursos da educação buscando prioritariamente a qualidade do ensino;



20.9) Promover o aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.



4. AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PME

O Plano Municipal de Educação de Teixeira de Freitas-Ba é fruto de um trabalho democrático e participativo, organizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo Conselho Municipal de Educação, Grupo Colaborativo e Comissões representativas, com a orientação técnica do Proam a partir de um processo de discussão transparente com representantes de todos os segmentos da sociedade civil organizada e sociedade política, que deve ter a aprovação da Câmara de Vereadores.

No sentido de compreendermos a avaliação como uma ferramenta que fortalece o planejamento e nos orienta na busca dos objetivos traçados, nos embasamos na perspectiva de avaliação de Luckesi, (2005) afirmando que, o ato de avaliar, devido a estar a serviço da obtenção do melhor resultado possível, antes de tudo, implica a disposição de acolher a realidade como ela é.

Hoffmann (2008) completa dizendo que a avaliação é uma ação ampla que abrange o cotidiano do fazer pedagógico e cuja energia faz pulsar o planejamento, a proposta pedagógica e a relação entre todos os elementos da ação educativa. Basta pensar que avaliar é agir com base na compreensão do outro, para se entender que ela nutre de forma vigorosa todo o trabalho educativo.

Sendo assim, a construção de um Plano Municipal de Educação, requer a definição de mecanismos de acompanhamento, avaliação, Implantação e monitoramento, que possam assegurar a implementação de todas as diretrizes, metas, estratégias e ações, ora definidas neste plano. Para isso será necessário a existencia de uma Comissão Permanente de Avaliação e Monitoramento do PME e um Comitê Gestor de Implementação e Acompanhamento que siga critérios de eficiência, eficácia e transparência, para planejar, executar, monitor, organizar e divulgar os resultados alcançados, considerando as diretrizes, metas e estratégias definidas.

4.1 Comissão Permanente de Avaliação e Monitoramento do PME.

O processo de avaliação e monitoramento do Plano Municipal de Educação de



Teixeira de Freitas-Ba será de responsabilidade da Comissão Permanente de Avaliação e monitoramento do PME, que produzirá um documento analítico que evidencie as metas alcançadas com os resultados produzidos, bem como as metas não realizadas e suas devidas justificativas;

A Comissão Permanente de Avaliação e Monitoramento do PME será presidida pela Coordenadora da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que se reunirá uma vez a cada dois anos a partir da vigência do PME para produzir o parecer acerca do acompanhamento do Plano Municipal de Educação na audiência pública, devendo semestralmente realizar encontros periódicos de monitoramento.

A Comissão Permanente de Avaliação Monitoramento do PME será nomeada pelo Poder Executivo através de portaria específica para este fim, sendo composta pelos membros a seguir:

- a) 02 representantes da Secretaria Municipal de Educação sendo um deles o (a) Coordenador (a) da (CPA).
- b) 01 representante da Câmara Municipal de Vereadores;
- c) 02 membros titulares do Conselho Municipal de Educação;
- d) 01 representante do Poder Executivo Municipal;
- e) 01 representante da Rede Estadual de Educação;
- f) 01 representante da Rede Particular de Educação;
- g) 01 representante dos Profissionais de Educação APLB sindicato;
- h) 01 representante do Comitê Gestor Permanente de Implementação PME.
- i) 01 representante do ensino superior.

A Comissão Permanente de Avaliação e Monitoramento PME após a produção do relatório de avaliação do Plano Municipal de Educação fará a apresentação dos resultados consolidados em uma Audiência Pública com a participação de toda a sociedade civil e política, instituições governamentais e não governamentais, e demais atores da educação no município.

A organização deste sistema de avaliação, monitoramento do PME, aqui explicitado



não prescindem das atribuições da Câmara de Vereadores, do Tribunal de Contas e dos Conselhos específicos de fiscalização e controle da educação.

4.2 Comitê Gestor Permanente de Implementação e Acompanhamento do PME.

A Gestão, Implementação e Acompanhamento do Plano Municipal de Educação de Teixeira de Freitas-Ba será de responsabilidade Comitê Gestor Permanente de Implementação e acompanhamento, que será nomeado pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura através de portaria específica para este fim.

O Comitê Gestor Permanente de Implementação e Acompanhamento será composto seguintes forma:

- a) Secretário Municipal de Educação;
- b) 01 representante da APLB sindicato;
- c) 01 membro titular do Conselho Municipal de Educação;
- d) 01 representante do ensino superior;
- e) 01 representante da rede estadual de educação;
- f) 01 representante do ensino Técnico Profissionalizante;
- g) 01 representante do Núcleo de Programas e Ações (NAPA);
- h) 01 representante da Comissão Permanente de Avaliação (CPA);

Esse comitê será presidido pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura de Teixeira de Freitas-BA com a responsabilidade de planejar e consolidar os planos de ações relativos às diretrizes, metas e estratégias que o PME tem para a educação no município de Teixeira de Freitas-BA nos próximos dez anos.



REFERÊNCIAS

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da Educação no município**: sistema, conselho e plano. São Paulo: Editora e Livraria. Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: MEC/SEB, 2007.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Documentos norteadores para elaboração de Plano Municipal de Educação (PME)** – 2. ed. atual. Elaboração Clodoaldo José de Almeida Souza. Brasília: DF MEC/Secretaria de Educação Básica, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pradime-Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

_____. Lei nº 206,1997 **Dispõe sobre a implementação do FUNDEB** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: MEC/SEB

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática**. 2 ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

TEIXEIRA DE FREITAS-BA, **Lei orgânica municipal, 1990** Diário Oficial do município, Teixeira de Freitas, BA 1990.